

ANEXO I



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015 - 2020

Curitiba
Setembro de 2017

1. EQUIPES DO PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1. CÚPULA DIRETIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDENTE

Desembargador Renato Braga Bettega

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Arquelau Araújo Ribas

2ª VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Lídia Maejima

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama

CORREGEDOR

Desembargador Mário Helton Jorge

1.2. EQUIPE DO PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

Desembargador Luiz Taro Oyama (Líder do Projeto)

Murilo Lima Pimentel Machado (NEGE)

José Otávio Padilha (NEGE)

Rogério Rincoski Baschta (NEGE)

Samuel de Lima Junior (NEGE)

Rodrigo Otávio Gurgel Valente (NEGE)

Maria Helena Ferronato (1ª Vice-Presidência)

Fábio Ribeiro Brandão (2ª Vice-Presidência)

Denise Koprovski Curi (Corregedoria-Geral da Justiça)

Álvaro Sérgio Rincoski Faria (Corregedoria da Justiça)

Vinícius André Búfalo (Secretaria do Tribunal)

Maria Alice de Carvalho Panizzi (Assessoria de Planejamento)

Francisco Carlos Jorge (Juiz Substituto de 2º. Grau)

Desembargadora Lenice Bodstein

Fabício Binder (Assessoria de Imprensa)

1.3. EQUIPE DA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço (Supervisora Geral do DPLAN)

Vinícius Rodrigues Lopes (DPLAN)

Samuel de Lima Junior (DPLAN-DGE)

Simone Yamamoto (DPLAN-DGE)

Rufino Rodrigues (DPLAN-DGE)

1.4. APOIO PARA ELABORAÇÃO GRÁFICA

Luiz Fernando Patitucci (ESEJE)

2. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O CENÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO PARANAENSE NO ANO DE 2016

Antes de apresentar este segundo monitoramento dos indicadores e, conseqüentemente, dos objetivos estratégicos deste Planejamento Estratégico, faz-se necessário pautar as ameaças e oportunidades concretizadas no cenário político econômico que permearam o Poder Judiciário Paranaense no ano de 2016.

2.1. CENÁRIO MACROECONOMICO

Primeiramente, importante observar que houve uma branda atenuação na taxa inflacionária registrada no ano de 2016 (6,29%¹), com tendência de queda devido à forte recessão instalada no país desde 2º trimestre de 2014.

O Poder Executivo Federal tenta contornar tal recessão por meio de projetos de lei a serem emplantados no ano de 2017, tais como as reformas trabalhista, previdenciária e tributária. Contudo, a grande instabilidade política nacional conturba o célere andamento destes projetos e, portanto, retardam a retomada da economia brasileira, restringindo os recursos da Administração Pública.

Tais reformas, principalmente a previdenciária, tratam de uma tentativa de regularizar as contas públicas, parte mais complexa da retomada conjuntural, cujo rol de dificuldades em 2017 incluem: 1) lentíssima retomada da arrecadação em nível federal; 2) continuação do crescimento dos gastos com transferências; e 3) o desastroso desempenho fiscal de diversos Estados. Ressalta-se que a deterioração das contas públicas ocorre de forma tão intensa na arrecadação que, nos últimos anos, a queda da receita tem sido mais acentuada que a do Produto Interno Bruto (totalidade das riquezas produzidas no país).

Deve-se ponderar que os repasses financeiros ao Poder Judiciário do Estado do Paraná não foram realizados tal qual a previsão orçamentária, pois, de acordo com a Lei Orçamentária Anual: Exercício de 2016 (Lei nº 18.660²), o orçamento previsto do Poder Judiciário para o ano de 2016 foi de R\$ 2.014.857.913,00 (dois bilhões, quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e treze reais). No entanto, no decorrer do ano de 2016, os repasses a este Poder totalizaram a importância de R\$ 1.820.000.000,00 (um bilhão oitocentos e vinte milhões reais), abaixo da previsão legal. Por conseguinte, se **comparado o orçamento previsto para o Poder Judiciário pela Lei nº 18.660/2015 ao orçamento efetivamente realizado**, verifica-se um **déficit de R\$ 194.857.913,00** (cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e treze reais), ou seja, uma **execução orçamentária 9,67% abaixo do previsto**.

¹ BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Série Histórica dos Acumulados no Ano - IPCA**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201706_3.shtm>. Acesso em: 2/ago/2017.

² PARANÁ. **Lei nº 18.660, de 22 de dezembro de 2015**. Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2016. Legislação do Estado do Paraná, Paraná, Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/LOA/LOA2016.pdf>>. Acesso em: 11/ago/2017.

2.2. MENSURAÇÃO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Diferentemente da primeira medição, neste segundo acompanhamento foi superada a questão da indisponibilidade dos indicadores referentes ao 2º Grau de Jurisdição e dos indicadores de tempo de duração dos processos.

Restando apenas alguns destes indicadores de tempo de duração dos processos, referentes ao ano de 2015, em fase de apuração, prejudicando o acompanhamento evolutivo destes indicadores. Contudo, espera-se que tais mensurações sejam realizadas até meados do ano de 2018, possibilitando o devido registro histórico da evolução destes indicadores.

2.2.1. ALTERAÇÃO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Devido à Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional do Judiciário, a qual instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, houve a necessidade de revisar todos os indicadores estratégicos correlatos ao Objetivo de “Aperfeiçoar os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação”, dobrando o número de indicadores deste objetivo, passando de 5 (cinco) para 10 (dez) indicadores que mensurarão o progresso dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação neste Tribunal.

2.3. POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

No ano de 2016 o Comitê Gestor Regional, instituído pela Resolução CNJ nº 194³, de 26 de maio de 2014, a qual estabeleceu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, reuniu-se periodicamente para debater sobre projetos que, em tese, impulsionariam uma melhor prestação ao jurisdicionado no 1º Grau, dentre os quais:

- Implantação do Gabinete do Juízo
- Estrutura Modelo de Unidade Jurisdicional de 1º Grau
- Implantação do Plano de Gestão de Receitas e Custos
- Projeto Paridade de Vencimento
- Mapeamento de Processos de Trabalho
- TeleTrabalho
- Estruturação de equipes multidisciplinares

³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 194, de 26 de maio de 2014. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2483>>. Acesso em: 11/ago/2017.

Ainda com foco na Priorização do 1º Grau, em 26 de abril de 2016, o CNJ publicou a Resolução nº 219⁴, a qual dispõe sobre a distribuição de servidores efetivos e comissionados entre os 1º e 2º Graus de Jurisdição. Esta Resolução baseia-se nas médias trienais das quantidades de casos novos do 1º e 2º Graus para estabelecer a proporção da distribuição dos servidores efetivos e comissionados entre os Graus de Jurisdição. Com isto, forjou-se um critério objetivo para avaliar uma proporcional distribuição da força de trabalho entre os graus de jurisdição.

Após o Tribunal de Justiça ser cientificado da referida Resolução, em maio de 2016, constatada a complexidade da matéria e a necessidade de formalização do Comitê Gestor Regional (CGR), que detém importante papel na sua implantação, encaminhou-se manifestação ao CNJ, datada de 06 de setembro daquele ano, com o esclarecimento da maneira pela qual o Tribunal dará cumprimento àquele ato normativo, estabelecendo três etapas de atividades, sinteticamente assim definidas:

1ª Etapa: realização de prévio levantamento e/ou compilação de dados referentes ao Poder Judiciário paranaense, consoante requerido na Resolução nº 219/CNJ.

2ª Etapa: encaminhamento ao Comitê Gestor Regional para auxiliar na implementação da resolução, com possibilidade de subsídio por parte dos magistrados e dos servidores com o envio de sugestões.

3ª Etapa: valendo-se da mensuração das informações requeridas na primeira etapa e das sugestões do Comitê Gestor Regional apuradas na segunda etapa, focará na definição de medidas a serem adotadas e, posteriormente, realizadas na avaliação da Presidência do Tribunal acerca da necessidade de se constituir comissão específica para o cumprimento das determinações.

Ainda no ano de 2016, o CNJ publicou a Resolução nº 243 com o intuito de sanar divergências relacionadas às metodologias de cálculo dispostas na Resolução nº 219/2016, o Conselho Nacional de Justiça determinou a ciência dos Tribunais das alterações promovidas.

Portanto, somente após compilados os dados e com a publicação da Tabela de Lotação de Pessoal, mostrar-se-á possível a abertura da segunda etapa para que o Comitê Gestor Regional analise os dados e auxilie o Tribunal de Justiça na implantação da Resolução, apresentando suas propostas e manifestações.

Pontua-se por fim que, devido a solicitação do Comitê Gestor Regional, em 25 de maio de 2016, o Departamento de Planejamento, o Departamento Econômico-Financeiro e o Centro de Apoio ao FUNJUS apresentaram, conjuntamente, estudo com cálculos preliminares do impacto no Orçamento do TJPR da implantação do Projeto Paridade de Vencimento, considerando a futura estatização necessária de 330 (trezentas e trinta) varas ou ofícios privados.

Neste estudo, aponta-se que, associando qualquer cenário pleiteado no Projeto de Paridade de Vencimentos à necessária estatização das 330 (trezentas e trinta) unidades privadas, a despesa total com pessoal no Poder Judiciário tende a exceder o limite máximo do percentual da receita corrente líquida, previsto na Lei

⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 219, de 26 de abril de 2016. Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3110>>. Acesso em: 11/ago/2017.

de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁵, podendo ensejar em eventual nulidade da implantação de tal projeto pela interpretação dos art. 21 c/c art. 17, ambos da LRF. Ademais, pelos cálculos realizado à época, o estudo também assume que, para a atual estrutura dos “cargos do 1º Grau (SUP e INT), nos primeiros 10 anos há um aumento REAL de 33,7%, que cresce para 54% nos 5 anos seguintes”, demonstrando o zelo destinado aos servidores do 1º Grau de Jurisdição.

⁵ BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 4/set/2017.

3. COLABORADORES DO PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. FÓRUM CONSTRUINDO O JUDICIÁRIO QUE QUEREMOS

Apoio para realização
Sistema Federação das Indústrias do Paraná - FIEP

Edson Luiz Campagnolo
Presidente do Sistema FIEP

Ovaldir Nardin
Superintendente Corporativo do Sistema FIEP

Equipe técnica

Daviane Rosa Chemin
Gerente Corporativa de Recursos Humanos do Sistema FIEP

Lindamir Maria Mocelin Muller
Coordenadora do Desenvolvimento Organizacional do Sistema FIEP

Jairo Stori Preissler
Coordenador da Educação Corporativa do Sistema FIEP

André Davi Eberle
Analista de Desenvolvimento Organizacional do Sistema FIEP

Entidades participantes

Poder Judiciário

Tribunal Regional Federal-4, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional do Trabalho

Sistema de Justiça

Ministério Público do Estado do Paraná, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, Polícia Militar do Estado do Paraná, Polícia Civil do Estado do Paraná, Polícia Federal - Superintendência Regional do Paraná e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná

Associações e Sindicatos

Associação dos Magistrados do Paraná, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - Sindijus-PR, Associação Brasileira de Árbitros e Mediadores, Associação dos Procuradores do Estado do Paraná e Instituto Brasileiro de Administração Judiciária - Ibrajus

Poderes, Autarquias e Instituições

Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Secretaria Municipal de Defesa Social - Curitiba, Procuradoria do Instituto Nacional de Seguridade Social, Paranáprevidência, DETRANPR - Departamento de Trânsito do Paraná e PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense

Instituições de Ensino

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba, Universidade do Oeste Paranaense - Unioeste e Universidade Tuiuti do Paraná

Veículos de Comunicação

Rede de Televisão Educativa do Paraná - RTVE, Jornal Gazeta do Povo, Jornal Tribuna do Paraná, Rádio PRB2, Rádio Transamérica, Rede Paranaense de Comunicação - RPCTV, Associação das Emissoras de Rádio do Paraná - AERP e Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná - Sindejor-PR

Instituições Financeiras

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

Sociedade Civil

Sistema FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Sistema FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRC-PR, Femoclam - Federação das Associações de Moradores e Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE-PR e App-Sindicato do Professores do Estado do Paraná

3.2. ANÁLISES SWOT

Curitiba e Região Metropolitana - 1º grau de jurisdição

Adriana Benini • Adriana de Lourdes Simette • Adriana Silvente Pereira • Aline do Carmo Sankio • Ana Luiza Antunes Motta Waltrick • Anderson José Rodrigues da Silva • Andressa Gonçalves Maia • Andressa Grasiela Gonçalves • Ângela Louise Vigano • Antonio Augusto Bozzi Ferreira • Antonio Marcos Pacheco • Ariosto Teixeira Neto • Bruno Calado de Araújo • Candida Marnes Hugen • Carlos Alberto Costa Ritzmann • Carlos Eduardo Brito Pereira • Carlos Frederico Conson • Carlos Henrique Dopke • Caroline de Paula e Silva Carneiro • Caroline Ribeiro Bueno da Silva • Celeny Louise Schneider Michels • Daniel Ribeiro Surdi de Avelar • Deyse Mara Kaminski • Dilma Pinheiro da Cruz Rocha • Edemir Bozeski • Edevilson Gomes Pereira • Eduardo Dobignies • Eliabe Ferreira Nunes • Elizabeth de Barros do Egito • Emanuel Ramon Baggio • Evandro Portugal • Fábio Andrukui • Fernanda Demarco Frozza • Francielle Kieling Sturm • Francinei Diogenes Tadeu Cano • Gabrielle Fernandes Mattana Carollo • Genevieve Paim Paganella • Gerson André Martins Tria • Helena Marconcin Rodrigues • Ines Marchalek Zarpelon • Isabele Waszczuk Aiex • Ivana Maria de Mello • Possiede • Jaqueline Terezinha Mendes de Araújo • Jeferson Rodrigues Granato da Silva • Jorge Camilotti Filho • Jorge Izidio Bertton • José Carlos Bulgari Júnior • José Eduardo Bonin Prestes • José Otávio Padilha • Leonardo Augusto Colin Zenny • Letícia Marina Conte • Luiz Fabiano da Silva Machosiki • Luiz Henrique Langemann de Almeida • Luiz Taro Oyama • Marcel Tulio • Marcos Takao Toda • Mariana de Sá Ribeiro • Maurício Marcos Saraiva • Maxine Ethel Bueno Netto • Monica Kohatsu • Murilo Gasparini Moreno • Murilo Pimentel Machado • Mychelle Pacheco Cintra • Nayara Volpato Hugen • Osvaldo Giovanni Valcanaia • Paula Gabriela Santos • Pedro Raimundo de Matos Filho • Rafael Sartori Moro • Rebecca Maria Albano Pasqual • Regina de Souza Moraes • Renan Celso Maksemiv Machado • Renata Alves • Renato Brito Ferreira • Rhans Ercibaldo Júnior Kichel da Silva • Ricardo Luis de Oliveira Moraes • Rodrigo Augusto Wagner de Souza • Rodrigo Otávio Gurgel Valente • Rogério Rincoski Baschta • Ronaldo Alberto de Souza • Roseane Ahlfeldt Stival • Shaline Zeida Ohi Yamaguchi • Sílvia Guiomar Joras Carneiro • Simone Guerra Bressan • Simone Trento • Sylvia Castello Branco Gradowski • Tarcisio Luis Souza Silva • Thabta Roehrs Marques • Thaysa Vaz Ribas • Vanessa Bassani • Vanessa Trompczynski • Wanessa Mara Abram Souza • Wilson Rodrigues Coelho Filho

Curitiba - 2º grau de jurisdição

Adriane Cristina Franceschi • Alexandre Loyola Fontoura • Aluizio Carlos Wanderley Grochocki • Álvaro Sérgio Rincoski Faria • Amarilis Vellozo Machado • Andréia Karla Dorce • Bruna Caroline Monteiro Rosa • Camila Feltrin da Silva • Carla Leandra Gimenes Moreira de Lima • Carlo Sugamoto Filho • Cláudia Sabatoski • Daniel Pereira Barbosa • Deisy Précoma Niclewicz • Denise Antunes Ferreira • Diego Ferreira Rodrigues • Edna Paschoalina • Eunice Teruko Kitagawa Saito • Fabian Schweitzer • Fernando Scheidt Mäder • Francisco Carlos Jorge • Gerson Mikalixen Júnior • Gianna Maria Cruz Bove Pereira • Gilmar Eliezer Hort • Gisele Ferreira Sodre • Gustavo Cordeiro Soares Miranda • Heitor Nakagawa Akiyama • Idalina Valério • Iolanda Carrano Zanluti • James Pinto de Azevedo Portugal Neto • Jaqueline Terezinha Mendes de Araújo • Jorge Pflanzler Prokop • José Luiz Faria de Macedo Filho • José Luiz Leite da Silva Filho • José Otávio Padilha • Leda de Souza Barcellos • Leonir Valmorbida • Ligia Muller Martins • Luciana Gianturco • Luciana Guimarães Rodrigues • Luciano Mader Stinglin • Luiz de Souza Silva • Luiz Fernando Moletta Alves • Luiz Gabriel Esmanhoto Alves • Luiz Taro Oyama

• Manuel José Pacheco • Marcelo Machado de Camargo • Marcelo Oliveira dos Santos • Marco Aurélio Lopes Podgurski • Maria Alice de Carvalho Panizzi • Maria Anita dos Anjos • Maria Aparecida Santin Kuroski • Maria Helena Ferronato • Maria Inês Levis Costa • Maurício Massashi Kimura • Mayara R. D'Alcântara Maia • Murilo Conehero Ghizzi • Murilo Pimentel Machado • Nelson Joaquim Santos • Pablo Tavares • Patrícia Caetano • Patrícia Lopes • Roberto Elias Curcio Salomao • Rodrigo Otávio Gurgel Valente • Rogério Augusto Silva • Rolf Mertens Júnior • Ronald Emílio Marques • Rogério Rincoski Baschta • Rosângela Pasqualin dos Santos • Rosilda Olivo • Sônia Maria Kaviatkoski • Suzane Lustosa dos Santos • Thiago Martini Ribeiro Pinto • Vinicius André Bufalo • Vinicius Rodrigues Lopes • Wilson de Souza Pereira • Wlademir Antunes Ferreira

Cascavel e Região

Adécio Renosto • Alessandro Motter • Anderson D Agostini • Andréa Regina Ferreira da Silva • Ângela Karla Zubeldia • Bárbara Loi Schizzi Valle Machado • Bruno Barros Pereira • Carla de Paula Souza • Christiane Angélica Kizerlla Villela • Cinthia da Silva Pereira • Cláudia Zamuner Fritsch • Cláudio Weber Stern • Daiane Valiati Ballottin • Danielle Rodrigues Villela • Diego Back • Edgar Marrafon Soares de Lima • Elaine Cristina Wanzuit • Eliani Frigotto Rezende • Eliezer Aparecido Carneiro Wille • Fabiane Tomé • Fábio Fortuna • Fabrício Priotto Mussi • Fernando Lucas Berti • Flávia Balsan Pozzobon • Geremias Moraes Vos • Gerson Fernandes da Costa • Hermes Franco Maestri • Hugo Ismael Moreira da Luz • Iriana de Oliveira Manenti • Itacir Antunes dos Santos • Jacqueline Arnhold da Silva • Jaqueline Allievi • Jaqueline Terezinha Mendes de Araújo • Jordana Marcelle Fernandes • Josane Salete Sebben • Josean Tavares dos Santos • Juliana Angélica Fulan • Júlio Cesar da Silva Castro • Júnior Márcio Pereira de Sousa • Lia Sara Tedesco • Lorisete Clara Strieder • Luiz Carlos Penafiel • Luiz Taro Oyama • Maira Soalheiro Grade • Manoella Rosane da Silva • Marcelo Carnaval • Marcelo Steilein Lopes • Marcos Vinicius Henn • Marielen Carina Jacobucci Fajardo • Michael Inocência Salvego • Nelson Francisco Vieira Júnior • Pamela Dalle Grave Flores • Paula Chedid Magalhães • Paula Maria Torres Monfardini • Paulo Damas • Pedro de Alcântara Soares Bicudo • Pedro Ivo Lins Moreira • Rafael Marcato • Rosaldo Elias Pacagnan • Sandra Dal Molin • Sandra Regina Bittencourt Simoes • Sérgio Laurindo Filho • Thiago Flores Carvalho • Tiago de Paula Elias Zanolla • Valdemir Gaio • Vanessa Trezzi Feix • Vilma Lúcia de Lima Barakat • William da Costa

Francisco Beltrão e Região

Adriane Karla Barbosa Barao • Alessandra Polli Milis • Anderson Bortolini Lima • André Guilherme de Freitas • Ângela Regina Urío Liston • Antonio Evangelista de Souza Netto • Carina Daggios • Carlos Gregório Bezerra Guerra • Celson Christian Stevens • Dalton Bromberger • Diego Canton • Diogo Kanoffre da Silveira • Douglas Eduardo Barbieri Scopel • Elisia da Aparecida Américo • Emiline Aparecida Rodrigues Chiossi • Gustavo Cordeiro Soares de Miranda • Gustavo Palla Maier • Jaqueline Teresinha Mendes de Araújo • João Ricardo Socolovski Siqueira • José Ricardo Furquim • Joseane Catusso Lopes de Oliveira • Juliane Dziubate Krefta • Karine Kleimpaul • Karlla Priscilla Crestani Romanino • Leonardo Marcelo Mounic Lago • Letícia Silvestre Bettiollo • Maicon Grings • Márcio de Lima • Marta Valéria Bresolin • Maycon Samuel Xavier Pereira • Paulo Roberto Gonçalves de Camargo Filho • Rafael de Carvalho Paes Leme • Robertson Luis Comin • Rodrigo Simoes Palma • Samara Moura Guibor • Sérgio Rodrigo de Jesus • Sônia Maria Morandini Pereira • Thaise Tremea • Thomaz Edson Sbardelotto Leiria de Witt • Walter Barduco de Oliveira • Zenair Tereza Cadore

Guarapuava e Região

Alessandro Frediani Libano • Amanda Vaz Cortesi • Ana Maria de Paula Xavier • Angelo Ricardo Tesseroli • Claudiane Terezinha Andriola • Daniel Tille Gaertner • Fábio Alves de Moraes • Glauco Alessandro de Oliveira • Jacinta Muchuti • Jackson Likes • Jairo Cesar Garabeli Heil • Janete Baranovski • Johannes Fermino • José Otávio Padilha • Josiane Silva de Souza • Juliana Campolin Schmidt • Juliano Aparecido de Souza • Júlio Cezar Peczek • Lizete Cecchele da Silva • Luciana Luchtenberg Torres • Márcia Regina Mosquer Ripula • Marcos Abreu Silvestri • Mateus da Luz • Mauro Monteiro Mondin • Neucimane Vilhas Voas Pires • Paola Gonçalves Mancini • Paulo Dinarte Tavares Filho • Rafaela Zarpelon • Reginaldo Martins Cordeiro • Roberto Lourenco Ramos • Roberto Schwarz • Rodrigo de Oliveira Floriano dos Santos • Rogério Rincoski Baschta • Ronney Bruno dos Santos Reis • Sérgio Decker • Silene Perussolo • Solange Chulek • Telma Aparecida Gawron Stresser • Thiago Felipe da Luz • Tiago Suhre • Vanderlei José Cordeiro • Vanessa Romero Donaire • Viviane Aparecida Sulzbach

Jacarezinho e Região

Adriane Maria Barbosa Lemes • Alessandra Boiczuk Rosa • Alessandra Sayuri Terao • Anderson Fernandes Vieira • Arduino Carlos Marchetto Rizzo Busquim • Carolina de Fátima Rafagnin • Caroline Lovison Dori • Cynthia de Mendonca Romano • Cyro José Jacometti Silva • Elaine Cristina Consolin • Everton Will da Veiga • Fábio Aparecido Tironi • Francisco Carlos Jorge • Gabriela Bonora de Farias Trindade • Henrique Suter Correia Avelar da Silva • João Luiz de Toledo Pastorelli • Julieta Ávila de Almeida • Katheryne Carvalho de Oliveira Versignassi • Marcelo Franco Maciel • Maria Aparecida Alvissus Fernandes de Toledo Pastorelli • Mário André de Oliveira • Matheus Verillo Miranda Ortiz de Oliveira • Maurício de Oliveira • Moisés de Souza Revoredo • Murilo Pimentel Machado • Pamella Carla Rampazo • Paolo do Prado Riva • Raul Ribeiro Júnior • Roberto Arthur David • Robson Jorge da Veiga • Rodrigo Antunes Lopes • Rogério Rincoski Baschta • Ronaldo Gomes Tanferre • Sílvia de Jesus Martins Silva • Ulisses Gorski

Londrina e Região

Adalberto Fernando Hegeto • Adriane Denczuk Lievore • Alessandro Franco de Almeida • Aline Gonçalves de Melo Meneghelli • Alisson Forin Kikuti • Amanda Freire de Freitas Ferreira • Amanda Takei Marques • Amarildo Clementino Soares • André Farias Juliano • Bruno Fernandes de Paulo • Carlos Canuto Machado • Carolina Barros Pessoa • Cláudia de Marchi Beluzo Dalcin • Débora Gisele de Freitas • Eder Boletig Angelo • Eliane Bizarria de Oliveira Pereira • Euclides Guimarães Júnior • Fábio Eduardo Medrado de Queiroz • Felipe Bernardo Nunes • Fernanda Tirico Felizatti • Fernando Henrique Correa • Gilberto Luis Pascueto • Gisela Teixeira de Paiva • Gustavo Cordeiro Soares Miranda • Gustavo Peccinini Netto • Heloisa dos Santos Kagimoto • Henrique Suizu Yamashita • Igor Henrique dos Santos Luz • Ilson Melo Ferreira • Iris Luzia Ghelardi • Joice Bender Raio • José Abrahão da Silva • Jules Acácio Fernandes • Juliana Chiaratti Farina Cotting • Juliane de Carvalho Felix • Júlio Farah Neto • Juraci Ribeiro Silva • Karina de Azevedo • Kleverson dos Santos • Laura Cristina Consorti • Luciano Souza Gomes • Luiz Cezar Cogo dos Santos • Márcio Hitomi Hisatugu • Marco Antonio Moretti • Marco Aurélio Goncales • Marcos Henrique Catarino • Marcos Vinícius Gica • Marcos Vinícius Zambianco • Najara Terezinha Ferreira do Amaral Costa • Nelson Luiz Pereira Júnior • Patrícia Harumi Arai • Patrícia Rebello Bignami Motta • Paula Cristina Faganello • Rafael Maiole de Macedo Souza • Rafael Martire Santana • Raphaella Benetti da Cunha • Raquel Cristina Alves • Reginaldo Arcebispo de Sá • Ricardo Luiz Vallim de Proença • Robson Souza Neuba • Rodrigo Leiras Xavier • Rômulo Pozzobon Pereira • Samuel de Lima Junior • Stella Stenzel • Tatiana Maschietto de Lima Assis • Vanessa Belarmino Leite Locatelle • Vanessa Reis Farias dos Anjos

Maringá e Região

Adriana Soares • Ana Carla Nunes Volpato • Ana Cláudia de Lima Cruvinel • Analu Tiemi Elias • Antonio Valdecir Uzueli • Bartira Vaz Dalla Costa • Bruno Melzer Marcelino da Silva • Carlos Alexandre Pacheco • Carolina Cleópatra Codonho da Silva • Cleber Fabrício Ril Raimundo • Cristiane da Silva Veloso • Danielle Graca Recco • Edson Felipe Migliorini • Eire Emílio Zimmermann • Elias Vitor da Silva Júnior • Eloá Mateus Wojciechowski • Emerson Gonçalves • Eva Macedo • Fábio Antunes de Oliveira Leite • Francielle Men Boaretto • Giselly Cristina Kodama Acordi • Glauber Marini da Silva • Hernandes Oliveira de Araújo • Ingrid Yuri Meyer Noda • Jane Isabelle dos Anjos Ling • José Foglia Júnior • José Geraldo Donisete de Souza • Juliana Cunha de Oliveira • Kelly Dourado Mathias China • Larice Andréa Simm • Leandro Pessoto • Luciana Paula Kulevicz • Lúcio Flávio Cardoso da Silva • Luiz Fernando Patrício da Silva • Luiz Otávio Alves de Souza • Luiz Taro Oyama • Maira Izabella Lopes Bim • Marcelo Rodrigues Dourado • Marceley Camilla Walker Fais • Marcos Antonio Teixeira • Maria Fernanda Pascoal • Mariluci Santin • Marjory Tavares • Mirella Aline de Oliveira • Monica Damiana de Souza • Nair Beatris Lopes da Silva • Natália Prandi Manzano • Odair Henrique Coutinho • Osmar Lopes da Silva Filho • Patrícia Lidiane Rosolen • Patrick José Pagnoncelli • Rafael Marrega Rezende • Roseli Maranhão Genovez • Sandro Coutinho • Silvio Hideki Yamaguchi • Thiago Augusto Kanda • Vanessa da Silva Sá • Vitor Rezende Delazari de Oliveira • Vivian Cabral Krauss • Viviane Prado • Willian Bruno Svaigen • Yves Ritondim Toregeane

Paranaguá e Região

Adriana Armstrong Graper Santos Felix • Alberis Silvestrini de Andrade Júnior • Anna Carolina Del Bosco Poli • Ariane Maria Hasemann • Bruno May Martins • Cléber Jesus das Neves • Daiane Machado Ávila Christakis • Dario Jaither Gonçalves de Oliveira • Débora Cassiano Redmond • Dionei Ribas Martins • Edno Francisco Ribeiro • Emanuela Costa Almeida Bueno • Fernanda Guterres Lopez de Alda • Giovanni Moraes dos Santos • Heverton Crystian Matozo • João Guilherme de Albuquerque Santos • José Luiz Wolkning • José Otávio Padilha • Katia da Silva Zella • Lorizete Aparecida Machado • Louise Nascimento e Silva • Luiz Taro Oyama • Maria Izabel Leandro de Araújo • Mercia do Nascimento Franchi • Monique Leal de Abreu • Rodrigo Barreto Feitoza • Samara Moura Guibor • Sueli Fernandes da Silva Mohr • Vera Biana Galdino Lopes

Ponta Grossa e Região

Airton Casemiro Cogenievski • Alexandra Aparecida de Souza Dalla Barba • André Olivério Padilha • Bruna Greggio • Cassiana Braun Moreira • Claudiney Martins Lecheta • Deiziani Goedert • Elton Jorge Sobjeiro Frisanco • Emerson Luciano Prado Spak • Fábio Luis Decoussau Machado • Fernanda Camilo • Fernanda Schoemberger • Fernando Pryzbeuka do Vale • Franciane Manosso de Castro • Franciele Alessandra de Oliveira • Francisco Carlos Jorge • Gilberto Romero Perioto • Gisane Cristina Pabis • Grazielle Teixeira Carvalho • Jeane Kellen Barbosa Pinto • Jefferson Araújo Bavoso • João Dib Endraues Júnior • Jonathan Cheong • José Angelo Simão • Joseleine Pires Cogenievski • Josnei dos Santos Nogueira • Juliana Aparecida Ruiz • Juliane Senger Diniz • Kássia Camargo • Kelli Mari Gugelmin • Kelly Sponholz Moleta • Leandro Almeida Kubisse • Leocir Trez • Leonardo Bueno do Prado • Marcelle Chagas Bandoni • Marcelo Quentin • Mário Luiz Machado Filho • Maurício Musialak • Murilo Pimentel Machado • Newton Cesar Likes • Nilson Marcondes de Medeiros • Patrícia Araújo Silva • Patrícia Robes Loureiro • Paulo Alexandre Verboski • Paulo Vitor do Prado • Pedro Luiz Gianisella Júnior • Rafaela Mari • Renata Danilau • Rooger Louis Byczkowski • Valéria Irma Zanin Crevelin • Valéria Paula Delgado da Silva Bobato

Umuarama e Região

Alice Urbansk Ferraz • Ana Carolina Ruthes Oliveira • Anastacio Borges dos Santos Júnior • Angelucia de Assis Santos Garcia • Antonio Juracir Boschetti • Carlos Eduardo Zago Udenal • Cristina Polonio de Holanda • Edimar Olmo da Silva • Edson Pereira de Souza • Eduardo Cardoso da Silva Reis • Emanuelle Albert Carvalho • Enilson Olmo da Silva • Etelvina Aparecida Ercolin Balan • Fabiana Garcez Cabral • Fábio Shinohara • Ferdinando Scremin Neto • Flávia Lavos de Almeida • Flávio Pereira Leite • Francisco Carlos Jorge • Giuliano de Souza Mazzarino • Gustavo Daniel Marchini de Andrade • Henrique Dorta de Oliveira • Henrique Rezende Pinto • Ilmo Araújo de Lima • Jadson de Matos Cocensa • Jesuína de Oliveira Primo • João Luiz Milharesi • Karina da Silva Aoki • Kleber Christiano Ciriaco • Luciano José Dias • Luiz Eudes Tonin • Márcio Augusto Matias Perroni • Marcos José Oliveira Zambolim • Marcos Roberto Ferreira de Souza • Marly Micheletti Casagrande • Murilo Pimentel Machado • Nara Sílvia Coleti • Nathan Kirchner Herbst • Nivaldo Endo • Osmar Garcia Júnior • Paulo Roberto Cavalheiro Pereira • Pedro Sérgio Martins Júnior • Pedro Vinícius Cândido de Almeida • Rosely Pereira da Silva • Rosemary Lopes Fernandes • Sidilene Maria Movio • Sidney Prado Lima • Tatiana Hildebrandt de Almeida

* Eventuais omissões de quaisquer participantes decorre pela ausência de assinatura da folha de presença.

4. INSTRUMENTOS DE DIAGNÓSTICO

4.1. FÓRUM CONSTRUINDO O JUDICIÁRIO QUE QUEREMOS

Evento realizado no dia 4 de novembro de 2014 que contou com a participação de cento e cinquenta e oito (158) pessoas entre magistrados, servidores e estagiários do Poder Judiciário, sessenta e nove (69) representantes de cerca de cinquenta (50) instituições da sociedade civil organizada e vinte (20) outros servidores que atuaram como facilitadores dos trabalhos em grupo. Ao todo, duzentos e quarenta e sete (247) pessoas atuaram no Fórum.

O propósito do Fórum foi promover um espaço de diálogo entre as várias organizações que representam a sociedade civil para que juntas pudessem compartilhar experiências bem sucedidas do exercício da cidadania no âmbito Judiciário, como eficiência, modernização e transparência e, também, o de ouvir representantes da sociedade civil, magistrados e servidores do TJPR, por meio de uma vivência colaborativa e apreciativa, para gerar propostas de ações que apoiem o Planejamento Estratégico do TJPR para o período de 2015 a 2020.

4.2. REUNIÕES DE ANÁLISE SWOT

Eventos de diagnóstico realizados em várias regiões do Estado do Paraná, onde se aplicou a metodologia da Análise SWOT. Ao todo, foram realizados onze (11) eventos de Análise, nos quais compareceram representantes de cento e trinta e uma (131) comarcas do Estado, num total de quinhentos e oitenta e cinco (585) pessoas, sendo quinhentos e quatro (504) servidores e oitenta e um (81) magistrados.

As reuniões foram realizadas em regiões do Estado que propiciassem a maior participação de todos, tendo sido realizadas duas (2) reuniões em Curitiba - a primeira contemplando magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e a outra realizada para ouvir magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição, de Curitiba e Região Metropolitana. As demais reuniões foram realizadas nas comarcas de Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e Umuarama.

4.3. ENQUETE COM PÚBLICO INTERNO VIA INTRANET

Consulta interna de satisfação que contou com a participação de três mil, trezentos e quatorze (3314) servidores (94%), cento e quarenta e dois (142) magistrados (4%) e cinquenta e oito estagiários (2%), que opinaram a respeito de questões como volume de trabalho, remuneração, treinamentos, chefias, reloações, valorização profissional, orgulho institucional, potencial profissional, motivação, equipamentos e sistemas de informação, espaço físico, mobiliário, limpeza, instalações, estacionamento, transporte público, acessibilidade, conhecimento

acerca de objetivos estratégicos institucionais e motivação para cumpri-los, padrões de desempenho, cargos gerenciais, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, otimização do trabalho e conhecimento acerca de macrodesafios institucionais.

4.4. ENQUETE COM PÚBLICO EXTERNO VIA INTERNET

Consulta pública de satisfação com os serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná, na qual participaram setecentos e oitenta e cinco (785) pessoas, sendo quatrocentos e sessenta e seis (466) advogados (59%), duzentos e cinquenta e dois (252) cidadãos (32%), cinquenta e uma (51) partes em processos (6%), doze (12) membros da Procuradoria do Município (2%) e quatro (4) pessoas não identificadas (1%), que opinaram acerca de questões tais como: meios de acesso aos fóruns, atendimento pessoal, atendimento eletrônico/telefônico, atendimento pessoal pelos magistrados de 1º e 2º graus, navegabilidade do sítio eletrônico, consulta processual, de jurisprudência, de legislação, documentos e publicações, Diário de Justiça eletrônico, Portal da Transparência, agilidade processual no 1º e 2º graus, Juizados Especiais e Turmas Recursais, utilização do Projudi e comparação com outros sistemas eletrônicos.

5. METODOLOGIA

A estratégia do Poder Judiciário do Estado do Paraná - 2015-2020, foi formulada com o emprego da metodologia BSC - *Balanced Scorecard*, proposta em 1992 pelos professores americanos Robert Kaplan e David Norton, hoje utilizada em larga escala por instituições privadas e públicas e recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

O *Balanced Scorecard*, cuja tradução pode ser feita como “*Indicadores Balanceados de Desempenho*”, é uma metodologia de gestão que propõe focar a instituição no esclarecimento, comunicação e, sobretudo, no gerenciamento da sua estratégia.

Aplicada ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, a metodologia propõe a gestão da instituição em quatro (4) perspectivas:

(i) **sociedade**, ou de como a instituição com ela procura se relacionar, em temas como atuação institucional, acesso à Justiça e responsabilidade socioambiental;

(ii) **processos internos**, perspectiva que destaca os processos e procedimentos cruciais para a promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços judiciários, com realce para os temas eficiência operacional, alinhamento e integração e tecnologia;

(iii) **aprendizado e crescimento**, que trabalha com os ativos intangíveis, relacionados à obtenção de capacidades essenciais ao cumprimento das atividades da instituição, envolvendo motivação, conscientização, qualificação e compromisso das pessoas e,

(iv) **recursos**, perspectiva que se situa na base da gestão estratégica no setor público, pois são os recursos orçamentários que garantem o funcionamento da instituição, sua infraestrutura, modernização e a excelência na prestação de serviços públicos.

A metodologia BSC propõe a harmonização da gestão estratégica das instituições, favorecendo o desempenho global por meio de um sistema de medição que contempla o balanceamento e o equilíbrio entre medidas de curto e longo prazo, medidas financeiras e não financeiras, indicadores de resultado e de tendência e entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

6. RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO (MATRIZ SWOT)

6.1. OPORTUNIDADES

As oportunidades são as variáveis externas e não controladas pelo Poder Judiciário que podem criar condições favoráveis. São situações externas atuais ou futuras que podem influenciar positivamente o desempenho do Judiciário.

As discussões apontaram para as seguintes oportunidades a serem aproveitadas:

- A atuação do Conselho Nacional de Justiça em difundir políticas de gestão voltadas à padronização de procedimentos, ao auxílio para o desenvolvimento tecnológico e à definição de diretrizes administrativas estratégicas para a melhoria institucional;
- O processo de democratização do Poder Judiciário e as trocas de experiências entre seus órgãos, coordenadas pelo CNJ;
- A política nacional de conciliação e solução de conflitos e o crescente desenvolvimento da cultura de conciliação que vem ocorrendo na sociedade e que favorece a construção de parcerias com entidades públicas e privadas para essas iniciativas, o que poderá promover a desjudicialização dos conflitos e a redução das demandas judiciais;
- O aumento do nível de consciência crítica dos cidadãos que exigem cada vez mais do Poder Judiciário;
- O aumento da percepção social acerca da necessidade de práticas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente;
- A abertura para a participação dos servidores, magistrados e da sociedade civil organizada na elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;
- O desenvolvimento de parcerias com a Ordem dos Advogados do Brasil e outros órgãos e setores da sociedade civil para o aperfeiçoamento e melhor cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário;
- A criação e ampliação de estrutura própria dos órgãos que atuam perante o Poder Judiciário, mas que não estão a ele vinculados, como a Defensoria Pública;
- A adoção de sistemas de processos virtuais e o avanço das tecnologias de mídias e redes sociais que podem propiciar melhor relacionamento com a sociedade e a consequente melhora na imagem do Poder Judiciário;

- O estabelecimento de convênios com os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades para difundir e incrementar os mecanismos de solução prévia de conflitos e fortalecer a conscientização da população em relação à necessidade de desjudicialização dos conflitos;
- O aumento do interesse, por parte de pessoas qualificadas, para o ingresso no serviço público;

6.2. AMEAÇAS

As ameaças são as variáveis externas e não controladas pelo Poder Judiciário que podem criar condições desfavoráveis à sua atuação. São situações externas, atuais ou futuras, que podem influenciar negativamente o desempenho do Judiciário.

Nas discussões havidas, as seguintes ameaças foram citadas com maior intensidade:

- O crescente aumento da judicialização dos conflitos, em decorrência da cultura da litigiosidade somada à ineficiência da estrutura do Estado para dar vazão às demandas;
- Crescimento da violência, das situações de risco social e das dificuldades estruturais do Estado em assegurar a pacificação social;
- Cenários de instabilidade econômica e política que comprometam e/ou limitem a disponibilidade orçamentária;
- A imagem desgastada e o descrédito da sociedade no Poder Judiciário;
- A atuação de setores dos meios de comunicação que generalizam e maximizam os pontos negativos da instituição;
- A falta de integração e colaboração entre os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, Ministério Público, OAB-PR e Defensoria Pública, com o fim de desenvolverem ações conjuntas pela desjudicialização dos conflitos;
- A deficiência na prestação de serviços públicos por outros agentes públicos como as polícias civil e militar e a falta de estrutura do sistema penitenciário que causam impacto na ação do Poder Judiciário;
- A insegurança e a instabilidade do fornecimento de insumos básicos, como energia elétrica, em razão da dependência cada vez maior das tecnologias para o trabalho;
- A morosidade na efetiva estruturação, instalação e aparelhamento de Defensoria Pública no Estado do Paraná;

- A dependência/inexistência de recursos do Estado para fazer frente ao pagamento de honorários a peritos médicos e defensores públicos;
- A concessão sem critérios do benefício da Assistência Judiciária, gerando abusos;
- A priorização de metas bianuais de gestão em detrimento dos objetivos constantes do Planejamento Estratégico institucional de médio e longo prazos;
- A não implantação efetiva do processo de Planejamento Estratégico, causando o descrédito dos servidores na ferramenta de gestão;

6.3. PONTOS FORTES

Os pontos fortes são as variáveis internas e passíveis de serem controladas que podem propiciar condições favoráveis para o Poder Judiciário em relação ao seu ambiente. São características ou qualidades, tangíveis ou não, que podem influenciar positivamente o desempenho institucional.

Os pontos fortes mais citados pelos participantes das reuniões de diagnóstico foram os seguintes:

- A instalação do PROJUDI - Processo Judicial Eletrônico, em 100% das Comarcas de 1º Grau de jurisdição;
- Os sistemas informatizados do Tribunal (Mensageiro, E-mandado, Malote Digital, Hércules, Oráculo, Lync, Atestos, convênios como INFOSEG, TRE, DETRAN, VIVO e SESP);
- A atual estrutura de pessoal, com as recentes contratações de servidores, estagiários, assessores e magistrados, como política de valorização do 1º Grau de jurisdição;
- A ampliação da estrutura do 1º Grau com a criação de comarcas e a melhoria da infraestrutura física;
- A política remuneratória para servidores, magistrados e estagiários e a concessão dos auxílios saúde e alimentação;
- O início de um processo de gestão participativa, com o estreitamento da relação entre o 2º e o 1º Grau, especialmente com a possibilidade de participação na elaboração do Planejamento Estratégico institucional;
- A formação, a capacidade técnica, o comprometimento e dedicação dos magistrados e servidores;

- Os projetos sociais desenvolvidos pelo TJPR, tais como Justiça do Torcedor, Justiça na Escola, Justiça nos Bairros, Mutirão Carcerário, Projetos de Conciliação e Mediação, Pai Presente, Ser Social, Justiça Restaurativa, dentre outros;
- A viabilidade de arrecadação de recursos através do FUNJUS e FUNREJUS;
- O processo de estatização das serventias;
- A terceirização de serviços, como os de vigilância e limpeza;

6.4. PONTOS FRACOS

Os pontos fracos são as variáveis internas e controláveis que propiciam condições desfavoráveis para o Poder Judiciário em relação ao seu ambiente. São características ou particularidades, tangíveis ou não, que podem influenciar negativamente seu desempenho.

Os pontos fracos devem ser significativamente melhorados pelo Judiciário, modificados ou eventualmente abandonados.

Os pontos fracos mais citados pelos participantes das reuniões de Análise SWOT são os seguintes:

- A inexistência de um plano de gestão de pessoas e de competências que estabeleça critérios objetivos para distribuição quantitativa e qualitativa dos servidores em todas as unidades do Poder Judiciário;
- A inexistência de um plano de treinamento inicial, capacitação continuada e qualificação de magistrados e servidores, devido, principalmente, à estrutura inadequada da Escola de Servidores - ESEJE;
- Deficiência na comunicação interna e externa, em razão de uma política de divulgação e comunicação institucional insuficiente para destacar as competências, boas práticas e os resultados positivos do Poder Judiciário;
- Tratamento diferenciado e desigualdade salarial entre o 1º e o 2º graus e em número de servidores lotados nas unidades;
- Inexistência de um plano de gestão de processos de trabalho e a consequente falta de uniformização e padronização de procedimentos;
- Infraestrutura física deficiente e carência de investimentos em 1º grau de jurisdição e em alguns setores do 2º grau;
- Falta de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários;

- Ausência de planejamento e priorização de demandas na área de tecnologia de informação e comunicação e tratamento desigual entre comarcas na distribuição de equipamentos;
- Dificuldades na gestão administrativa de Fóruns e Secretarias; excessiva centralização; desconhecimento de metodologias de gestão; falta de visão estratégica das unidades jurisdicionais;
- Ausência do Sistema Projudi no 2º grau;
- Ausência de preocupação com o ambiente de trabalho e a saúde do servidor. Déficit de políticas de prevenção à saúde dos servidores. Ausência de programas de saúde ocupacional e qualidade de vida;
- A alta rotatividade de juízes, especialmente nas Comarcas de entrância inicial e intermediária;
- Atividade Correccional com muitas cobranças e pouca orientação;
- Deficiência na logística de distribuição de materiais permanentes;
- Falta de participação dos magistrados e servidores na eleição da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça;
- Assédio moral sofrido pelos servidores, tanto em relação aos magistrados quanto aos chefes de secretaria;
- Falta de comprometimento da cúpula diretiva com a adoção e a execução do planejamento;

7. MISSÃO, VISÃO E VALORES

7.1. MISSÃO

A definição da Missão institucional destina-se a conferir um senso de propósito ao Poder Judiciário. Sintetizada numa única frase, refere-se à razão da existência da instituição e procura esclarecer o compromisso e o dever dela para com a sociedade, partindo da resposta às perguntas: por que a instituição existe? O que ela faz e para quem?

A Missão do Poder Judiciário do Estado do Paraná está assim definida:

“Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social”.

7.2. VISÃO

A Visão é a descrição do cenário ou sonho institucional, relacionado com a projeção de oportunidades futuras, apontando para onde o Judiciário quer chegar e como quer ser percebido ou reconhecido pelo meio ambiente interno e externo que o envolve.

O estabelecimento da Visão institucional parte de um exercício das aspirações para se constituir em elemento de motivação das pessoas na persecução dos horizontes traçados. Nela, os desejos para o futuro da organização devem cristalizar-se numa frase, que tenha a força de comunicação necessária para engajar todos na sua busca.

A Visão institucional do Poder Judiciário do Estado do Paraná é:

“Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança”.

7.3. VALORES

Os valores relatam em que o Poder Judiciário do Estado do Paraná acredita e o que pratica. Podem ser chamados de princípios, que são relacionados com “algo atribuído” de grande estima, de grande valia, apreço, consideração e respeito. Representam virtudes desejáveis ou características que norteiam as suas ações, estabelecem limites e orientam as atitudes e comportamentos de seus membros.

Os valores do Poder Judiciário paranaense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade e são os seguintes:

Transparência - tornar pública sua atuação e dar visibilidade no desempenho de seus atos e atribuições;

Ética - agir sob a égide de princípios como boa-fé, honestidade, lealdade e dignidade;

Celeridade - dar soluções eficientes e no menor tempo possível aos litígios;

Acessibilidade - criar as condições para o acesso à Justiça e a promoção da efetiva tutela dos direitos fundamentais;

Justiça - praticar e assegurar o respeito à igualdade e a preservação dos direitos;

Inovação - explorar com sucesso novas ideias, buscando revolucionar cenários e provocar mudanças positivas;

Eficiência - utilizar racionalmente os recursos para maximizar a probabilidade de alcance de resultados.

8. MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico contempla, além da Missão, Visão e Atributos de Valor para a sociedade, os Objetivos Estratégicos do Poder Judiciário, distribuídos nas respectivas abordagens do *Balanced Scorecard* (BSC).

Os objetivos estratégicos relatam alvos qualificados e quantificados do Poder Judiciário a serem alcançados, ao mesmo tempo em que indicam a prescrição sobre como aproveitar pontos fortes e oportunidades para mitigar as ameaças e eliminar os pontos fracos. Ademais, os objetivos estratégicos evidenciam relevantes temas para a modernização da administração pública.

ANEXO II

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - 2015/2020





ANEXO III

A Estratégia do Poder Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Missão:

Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social.

Visão:

Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos judiciários, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Transparência
- Ética
- Celeridade
- Acessibilidade
- Justiça
- Inovação
- Eficiência



Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

01 - Aprimorar a comunicação institucional

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com os públicos interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com total transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários e de desempenho operacional.

Linhas de Atuação:

- Publicar Boletim Interno de circulação mensal;
- Publicar Revista Eletrônica mensal;
- Estabelecer novos canais de comunicação e desenvolver os canais de comunicação em funcionamento, com o público interno e externo;
- Diagnosticar e aumentar o número de solução das demandas recebidas na Ouvidoria-Geral da Justiça (Ouvidoria);
- Implantar o Banco de Boas Práticas de magistrados e servidores, disponibilizando-o na internet/intranet do TJPR;
- Fomentar parcerias com o PROCON, Ministério Público, Defensoria Pública e outras entidades;
- Promover ações que aumentem a confiança no Poder Judiciário;
- Atualizar o regulamento da Ouvidoria;
- Melhorar as informações disponibilizadas em materiais gráficos e no portal do Tribunal de Justiça sobre a Ouvidoria;
- Implementar sistema de gerenciamento de dados da Ouvidoria;
- Implementar telefone de ligação gratuita (0800) para os cidadãos contatarem a Ouvidoria.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 01 - Índice de atendimento à população;
- 02 - Índice de celeridade no atendimento à população;
- 03 - Índice de edificações com acessibilidade de comunicação visual.

Projetos Relacionados:

- Projeto de campanha de divulgação da Ouvidoria-Geral da Justiça.



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de atendimento à população	Meta: Ampliar o atendimento ao jurisdicionado e ao cidadão em 1% no ano de 2015 e em 5% ao ano a partir de 2016.						
	16.529	1%	5%	5%	5%	5%	5%
Índice de celeridade no atendimento à população	Meta: Ampliar o atendimento ao jurisdicionado e ao cidadão até 2020.						
	-	Estabelecer linha de base: 86,36%	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
Índice de edificações com acessibilidade de comunicação visual	Meta: Adequar ao novo padrão de comunicação visual das edificações, até 2020, em 81 edificações do PJPR.						
	0 Edifícios adequados	Elaboração do Projeto	Realizar a licitação e adequar 9 edifícios	27 edifícios	45 edifícios	63 edifícios	81 edifícios



Tema:

Acesso à Justiça.

Objetivo Estratégico:

02 - Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos

Descrição do Objetivo:

Fomentar a conciliação e os meios pré-processuais de solução de conflitos.

Linhas de Atuação:

- Incentivar a realização das audiências conciliatórias;
- Incentivar as soluções alternativas de conflitos no 1º e 2º graus de jurisdição;
- Ampliar a realização de projetos institucionais que incrementem o acesso à Justiça;
- Monitorar o índice de conciliação pré-processual realizada;
- Monitorar o índice de conciliação processual realizada.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 04 - Índice de alcance dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

Projetos Relacionados:

- PRO2aVP-2015-REVISTA01 - 1a Revista da 2a Vice-Presidência
- PRO2aVP-2015-REVISTA02 - 2a edição da Revista Aproximação
- PRO2aVP-2015-SEMANA-NAC-CONCILIACAO - 10ª Semana Nacional da Conciliação
- PRO2aVP-2015-V-EMAJEP-I-EPACEJUSC - V EMAJEP e I EPACEJUSC
- PRO2aVP-2015-Videos_Redescobrimdo_e_Historico - Vídeos para Celebração "Redescobrimdo JEs" e Histórico



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de alcance dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)	Meta: No 1º Grau: Alcançar, até 2020, um total de 75 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania instalados no Poder Judiciário do Estado do Paraná, abrangendo todas as Comarcas de Entrâncias Finais e Intermediárias.						
	1º Grau: 10	10	29	41	53	64	75



Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental.

Objetivo Estratégico:

03 - Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental

Descrição do Objetivo:

O Poder Judiciário, como responsável pela aplicabilidade da Lei, tem o papel estratégico na promoção de políticas institucionais, buscando a sensibilização de todos para proteção, a recuperação, e o uso racional dos recursos naturais por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticas ecoeficientes inserindo o conceito de sustentabilidade.

Linhas de Atuação:

- Reduzir o consumo de água, papel e energia elétrica;
- Desenvolver projetos ambientais;
- Ampliar a implementação de projetos institucionais de responsabilidade social;
- Implementar práticas ambientalmente sustentáveis nos projetos de engenharia;
- Implementar critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços do Tribunal de Justiça;
- Capacitar servidores em educação ambiental.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 05 - Consumo de água;
- 06 - Consumo de Papel;
- 07 - Consumo de Energia Elétrica;
- 08 - Índice de Implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Projetos Relacionados:

- Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
- Projeto de adequação de torneiras e descargas para o sistema econômico Promatic
- Projeto de substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED
- Projeto de substituição dos aparelhos mecânicos de condicionamento de ar por aparelhos do tipo Split



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Consumo de água	Meta: Reduzir o consumo de água, comparado a 2014, em 5% até 2020.						
	229.870 m ³	228.721 (0,5%)	227.571 (1%)	225.273 (2%)	222.974 (3%)	220.675 (4%)	218.377 (5%)
Consumo de papel	Meta: Reduzir o consumo de papel, comparado a 2014, em 10% até 2020.						
	151.795 resmas de papel A4	150.277 (1%)	148.759 (2%)	145.723 (4%)	142.687 (6%)	139.651 (8%)	136.615 (10%)
Consumo de energia elétrica	Meta: Reduzir o consumo de energia elétrica, comparado a 2014, em 10% até 2020.						
	18.850,5 MWh	18.662,0 MWh (1%)	18.473,5 MWh (2%)	18.096,4 MWh (4%)	17.719,4 MWh (6%)	17.342,4 MWh (8%)	16.965,4 MWh (10%)
Índice de Implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS)	Meta: Elaborar e cumprir o Plano de Logística Sustentável.						
	-	Elaborar PLS	15%	30%	60%	80%	100%



Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

04 - Implantar metodologia de gestão por processos de trabalho

Descrição do Objetivo:

Trata-se de um incremento na eficiência do Poder Judiciário Paranaense. O mapeamento, a avaliação, a padronização e a manualização das atividades desenvolvidas, tanto no âmbito administrativo como no âmbito judicial de 1º e 2º Graus, são de suma importância para o bom aproveitamento dos recursos humanos e financeiros, evitando retrabalhos e perda de insumos com atividades impróprias.

Linhas de Atuação:

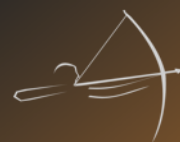
- Digitalizar os processos ativos junto às Unidades Judiciais do 1º Grau de Jurisdição, visando à digitalização de todo o acervo, com fiscalização seu devido cumprimento;
- Padronizar os fluxos e o processo de trabalho das Unidades Judiciais do 1º Grau de Jurisdição;
- Elaborar manuais de procedimentos para atuação das Unidades Judiciais de 1º Grau de Jurisdição, para disponibilização na intranet e difusão pela ESEJE;
- Identificar e otimizar processos de trabalho, visando à economicidade e a eficiência operacional;
- Implantar metodologia de análise de desempenho dos processos de trabalho;
- Padronizar as rotinas de procedimentos das execuções fiscais e cíveis.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

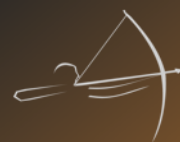
- 09 - Índice de implantação da metodologia de gestão por processo de trabalho.

Projetos Relacionados:

- Projeto de Sistematização e Normatização do Processo de Viagens (PRONCI-2015-PROC-VIAGENS).



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de implantação da metodologia de gestão por processo de trabalho	Meta: Mapear, padronizar e criar manuais de 25 processos de trabalho de atividade judicial e 25 de atividade administrativa, até 2020.						
	ATIVIDADE JUDICIAL	Estruturar a Divisão de Gestão de Processos	5	5	5	5	5
	ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	Estruturar a Divisão de Gestão de Processos	5	5	5	5	5



Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional

Descrição do Objetivo:

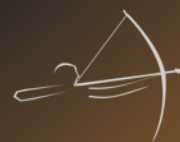
Buscar a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, empenhando-se na obtenção da razoável duração do processo, conforme determina a Constituição Federal do Brasil

Linhas de Atuação:

- Consolidar a atuação das forças-tarefas de magistrados para fins de auxiliar na desobstrução das unidades judiciais em situação crítica;
- Monitorar as ações de improbidade administrativa por meio do Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria-Geral da Justiça (NEMOC), tomando as medidas necessárias para agilizar seu julgamento;
- Agilizar o julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública (CNJ);
- Aumentar o índice de atendimento à demanda (CNJ);
- Fiscalizar a digitalização dos autos físicos dos processos de execução fiscal, propiciando a celeridade em sua tramitação;
- Implantar o Processo eletrônico no 2º Grau de Jurisdição;
- Monitorar os recursos dirigidos às Cortes superiores afim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção de recursos representativos da controvérsia, (Resolução 160/2012 CNJ);
- Efetuar levantamento referente ao sobrestamento dos processos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do primeiro grau de jurisdição;
- Diagnosticar e reduzir a taxa de congestionamento em litigância serial.

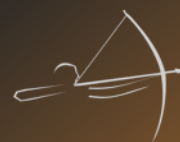
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 10 - Índice de arquivamento de processos;
- 11 - Índice de processos julgados;
- 12 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta Nacional 1 do CNJ);
- 13 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução;
- 14 - Índice de processos de conhecimento julgados por magistrados;
- 15 - Índice de produtividade dos Servidores da Área Judiciária, exceto servidores lotados em gabinetes de magistrados (IPServ);
- 16 - Índice de afastamento sem substituição nas Turmas Recursais;
- 17 - Índice de produtividade dos assessores (IPA);
- 18 - Índice de tempo médio de tramitação dos processos no PJPR.

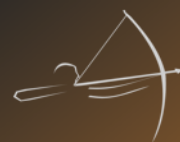


Projetos Relacionados:

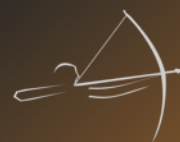
- Projeto de identificação do estoque de processos de execução que dependem exclusivamente de ações do TJPR para arquivá-los definitivamente.



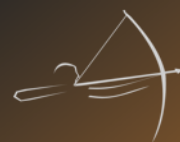
Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de arquivamento de processos	Meta: Aumentar, para o sexênio 2015-2020, em 25% a quantidade total de feitos baixados em comparação ao sexênio de 2009-2014.						
	TJPR: 6.833.308	1.421.328 (20,8%)	2.849.489 (41,7%)	4.270.818 (62,5%)	5.692.146 (83,3%)	7.120.307 (104,2%)	8.541.635 (125%)
	2º Grau: 764.342	158.983 (20,8%)	318.731 (41,7%)	477.714 (62,5%)	636.697 (83,3%)	796.444 (104,2%)	955.428 (125%)
	1º Grau: 4.119.025	858.529 (20,8%)	1.721.185 (41,7%)	2.579.714 (62,5%)	3.438.243 (83,3%)	4.300.899 (104,2%)	5.159.426 (125%)
	Juizados Especiais: 1.767.742	367.690 (20,8%)	737.148 (41,7%)	1.104.839 (62,5%)	1.472.529 (83,3%)	1.841.987 (104,2%)	2.209.678 (125%)
	Turmas Recursais: 173.682	36.126 (20,8%)	72.425 (41,7%)	108.551 (62,5%)	144.677 (83,3%)	180.977 (104,2%)	217.103 (125%)
Índice de processos julgados	Meta: Julgar, até 2020, 12% a mais de processos do que no ano de 2014.						
	TJPR: 831.747	851.601 (2,4%)	871.456 (4,8%)	891.310 (7,2%)	911.164 (9,5%)	931.019 (11,9%)	950.873 (14,3%)
	2º Grau: 160.968	167.407 (4%)	173.845 (8%)	180.284 (12%)	186.723 (16%)	193.162 (20%)	199.600 (24%)
	1º Grau: 376.377	383.905 (2%)	391.432 (4%)	398.960 (6%)	406.487 (8%)	414.015 (10%)	421.542 (12%)
	Juizados Especiais: 244.753	249.648 (2%)	254.543 (4%)	259.438 (6%)	264.333 (8%)	269.228 (10%)	274.123 (12%)
	Turmas Recursais: 49.649	50.642 (2%)	51.635 (4%)	52.628 (6%)	53.621 (8%)	54.614 (10%)	55.607 (12%)
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta Nacional 1 do CNJ)	Meta: Alcançar, anualmente, 100% de cumprimento da meta.						
	TJPR: 106,50%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	2º Grau: 100,08%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	1º Grau: 113,08%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Juizados Especiais: 105,98%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Turmas Recursais: 88,06%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



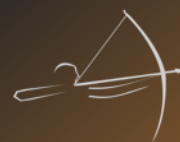
Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	Meta: Reduzir a taxa de congestionamento das ações em fase de execução até 2020.						
	TJPR: 77,9%	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	1º Grau: 79,9%	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Juizados Especiais: 51,7%	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
Índice de processos de conhecimento julgados por magistrados	Metas: Aumentar em 14,6% do índice de processos de conhecimento julgados por magistrados Aumentar em 24% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados no 2º Grau Aumentar em 12% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados no 1º Grau Aumentar em 2% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados nas Turmas Recursais Aumentar em 15% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados nos Juizados Especiais.						
	TJPR: 1.011	1.035 (2,4%)	1.060 (4,8%)	1.085 (7,3%)	1.109 (9,7%)	1.134 (12,2%)	1.159 (14,6%)
	2º Grau: 1.353	1.407 (4%)	1.461 (8%)	1.515 (12%)	1.569 (16%)	1.624 (20%)	1.678 (24%)
	1º Grau: 605	617,1 (2%)	629,2 (4%)	641,3 (6%)	653,4 (8%)	665,5 (10%)	677,6 (12%)
	Juizados Especiais: 1.113	1.140,8 (2,5%)	1.168,7 (5%)	1.196,5 (7,5%)	1.224,3 (10%)	1.252,1 (12,5%)	1.280 (15%)
	Turmas Recursais: 3.103	3.103 (0%)	3.111 (0,25%)	3.119 (0,5%)	3.134 (1%)	3.150 (1,5%)	3.165 (2%)



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de produtividade dos Servidores da Área Judiciária, exceto servidores lotados em gabinetes de magistrados (IPServ)	Meta: Aumentar em 13,2% índice de produtividade dos servidores até 2020.						
	TJPR - Área Judiciária	Estabelecer linha de base: 248,06	257,98 (4%)	263,39 (6,3%)	269,39 (8,6%)	275,10 (10,9%)	280,80 (13,2%)
	2º Grau: $TBaix_{2º}$: 178.205	Estabelecer linha de base: 1.028,70	1.080,14 (5%)	1.131,57 (10%)	1.183,01 (15%)	1.234,44 (20%)	1.285,88 (25%)
	1º Grau e Juizados Especiais: 208 $TBaix_{1º}$: 870.347 $TBaix_{JE}$: 335.859		212 (2%)	216 (4%)	220 (6%)	225 (8%)	229 (10%)
Turmas Recursais: $TBaix_{TR}$: 45.810	Estabelecer linha de base: 5.259,40	5.259,4 (0%)	5.259,4 (0%)	5.259,4 (0%)	5.259,4 (0%)	5.259,4 (0%)	5.259,4 (0%)
Índice de afastamento sem substituição nas Turmas Recursais	Meta: Atingir, até 2017, zero dias de afastamento de Magistrados das Turmas Recursais sem substituição.						
	894 dias	596 dias	298 dias	0 dias	0 dias	0 dias	0 dias
Índice de produtividade dos assessores (IPA)	Metas: Aumentar em 19,1% o Índice de Produtividade dos Assessores Aumentar em 25% o Índice de Produtividade dos Assessores no 2º Grau Manter o Índice de Produtividade dos Assessores das Turmas Recursais						
	TJPR: 210.617 julgados	Estabelecer linha de base	3,8%	7,6%	11,5%	15,3%	19,1%
	2º Grau: $Jul_{2º}$: 160.968	Estabelecer linha de base	5%	10%	15%	20%	25%
	Turmas Recursais: Jul_{TR} : 49.649	Estabelecer linha de base	0%	0%	0%	0%	0%



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de tempo médio de tramitação dos processos no PJPR	Meta: Reduzir, em relação à 2015, o tempo de tramitação dos processos baixados no PJPR em 5% até 2020.						
	TJPR	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	2º Grau	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	1º Grau (Conhecimento)	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	1º Grau (Execução)	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Juizados Especiais (Conhecimento)	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Juizados Especiais (Execução)	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Turmas Recursais	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%



Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo Estratégico:

06 - Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias

Descrição do Objetivo:

Atuar para que as unidades judiciais e administrativas estejam alinhadas à gestão estratégica do Poder Judiciário, respeitadas as particularidades locais e atendendo a resultados de curto, médio e longo prazos.

Linhas de Atuação:

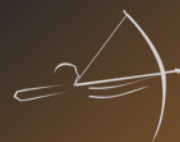
- Identificar e desenvolver ações de integração entre os membros da governança corporativa;
- Reunir trimestralmente o Comitê de Gestão Estratégica;
- Realizar Seminários Regionais para divulgar e promover o alinhamento da Estratégia;
- Divulgar o Planejamento Estratégico nas capacitações de magistrados e servidores;
- Divulgar o Planejamento Estratégico no portal do TJPR;
- Reunir anualmente os Diretores para alinhamento da Estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

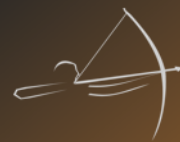
- 19 - Índice de alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias.

Projetos Relacionados:

- Projeto de Divulgação do Planejamento Estratégico



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias	Meta: Realizar duas ações de divulgação do Planejamento Estratégico ao ano.						
	Ações de divulgação do Planejamento Estratégico: 2	2	2	2	2	2	2



Tema:

Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

07 - Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação

Descrição do Objetivo:

Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação efetivos, para a antecipação de intervenções necessárias na administração da Justiça.

Linhas de Atuação:

- Converter os sistemas de informação terceirizados em sistemas próprios;
- Melhorar o Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos;
- Melhorar o Índice de desempenho de atendimento;
- Aumentar o grau de satisfação dos usuários de serviços e sistemas de tecnologia da informação e comunicação;
- Estabelecer padrões de desenvolvimento de software;
- Aprimorar o padrão visual e funcional da interface dos sistemas de informação;
- Monitorar a disponibilidade dos sistemas de informação;
- Elaborar e executar plano de integração de sistemas de informação;
- Melhorar o índice de processos eletrônicos novos (CNJ).

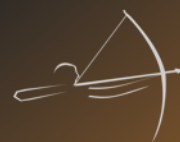
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Procedeu-se pela atualização dos Indicadores Estratégicos deste Objetivo Estratégico nº 07, expressamente solicitado pelo DTIC por meio do protocolo SEI nº 0989192, devido à necessidade de realinhamento das diretrizes estratégicas de TIC à Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça. Sendo estes indicadores uma forma mais efetiva de averiguar o cumprimento deste Objetivo Estratégico.

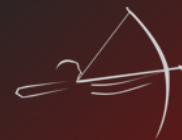
- 20 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação;
- 21 - Índice de implantação do DATACENTER 1;
- 22 - Índice de implantação do DATACENTER 2;
- 23 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC;
- 24 - Índice de Governança de TI (iGovTI);
- 25 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC;
- 26 - Índice de formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software;
- 27 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI;
- 28 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC;
- 29 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC.

Projetos Relacionados:

- Projeto de elaboração do PETIC 2015-2020



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	Meta: Atender 90% de execução deste indicador até 2020.						
	0	-	70%	75%	80%	85%	90%
Índice de implantação do Datacenter 1	Meta: Atender 100% de execução deste indicador em 2016.						
	100%	-	100%	100%	100%	100%	100%
Índice de implantação do Datacenter 2	Meta: Atender 100% de execução deste indicador até 2018.						
	0%	-	5%	60%	100%	100%	100%
Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	Meta: Alcançar o índice de 95% de execução até 2020.						
	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Índice de Governança de TI (iGovTI)	Meta: Atingir o nível Avançado até 2020.						
	0%	-	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Avançado	Avançado
Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	Meta: Alcançar o índice de 95% de execução deste indicador até 2020.						
	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Índice de formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software	Meta: Possuir uma metodologia formal para o desenvolvimento e sustentação de software.						
	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI	Meta: Alcançar o índice de 100% dos sistemas judiciais aderentes ao MNI até 2020.						
	0%	-	80%	85%	90%	95%	100%
Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC	Meta: Possuir um processo formal para Gestão de Riscos em TIC até 2016.						
	0%	-	100%	100%	100%	100%	100%
Índice de Satisfação dos Usuários de TIC	Meta: Alcançar o índice de 95% de satisfação até 2020.						
	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%



Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

Descrição do Objetivo:

Empregar a capacitação permanente do corpo funcional do Poder Judiciário como condição fundamental para atender, de forma efetiva, os serviços públicos ofertados à sociedade.

Linhas de Atuação:

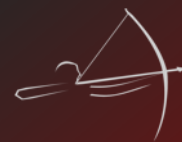
- Capacitar os magistrados e servidores do PJPR;
- Formatação de ciclo de palestras e treinamentos para servidores;
- Propor convênios do TJPR com entidades de excelência em ensino (EMAP, universidades, entre outros);
- Dotar a ESEJE com os recursos humanos necessários;
- Implantar plano de capacitação contínua de magistrados e servidores;
- Fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas (EAD, e-learning, entre outros) para a disseminação de conhecimento.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 30 - Índice de capacitação dos servidores do PJPR;
- 31 - Índice de alcance de palestras;
- 32 - Índice de utilização de ferramentas tecnológicas em capacitação.

Projetos Relacionados:

- Manualização das práticas cartorárias e administrativas de modo a uniformizar os métodos e capacitar mais eficientemente os servidores;
- Cartório Modelo;
- Implantar laboratório EaD com equipamentos suficientes para a produção de material de capacitação.
- Instituir uma plataforma virtual de comunicação



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de capacitação dos servidores do PJPR.	Meta: Capacitar 50% dos servidores de 1º grau de jurisdição, 50% dos servidores em função gerencial e 50% dos servidores de 2º grau.						
	1%	1%	5%	10%	20%	35%	50%
Índice de alcance de palestras	Meta: Proporcionar, até 2020, palestras à 80% dos magistrados e servidores.						
	1%	1%	5%	30%	50%	70%	80%
Índice de utilização de ferramentas tecnológicas em capacitação	Meta: Utilizar, até 2020, as ferramentas tecnológicas em 60% das capacitações realizadas.						
	0%	0%	5%	10%	25%	45%	60%



Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

09 - Implantar Gestão por Competências

Descrição do Objetivo:

Implementar um conjunto de ferramentas práticas, consistentes e objetivas, que torne possível instrumentalizar o Judiciário para uma efetiva gestão com foco em pessoas, com critério e clareza, alinhando as necessidades do Judiciário aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

Linhas de Atuação:

- Descrever as competências técnicas e comportamentais necessárias aos cargos e funções;
- Mapear as competências dos servidores;
- Lotar os servidores em áreas de sua competência;
- Implantar modelo de gestão de pessoas por competências;
- Evidenciar o grau de implementação da Política de Gestão de Pessoas por Competências.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 33 - Índice de mapeamento das competências profissionais;
- 34 - Índice de servidores capacitados nas competências profissionais.

Projetos Relacionados:

- Projeto de revisão das atribuições específicas dos cargos efetivos dos Quadros de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, buscando sua ampliação a aperfeiçoamento com base em dados reais de mapeamento de competências;
- Projeto de implementação do Banco de Intenção de Movimentações, o qual mapeará as competências individuais dos servidores e correlacionará com as competências funcionais desejadas pela Instituição em prol da movimentação de pessoal;
- Projeto de revisão e ampliação do Decreto Judiciário nº 2310/2014 que dispõe sobre a estruturação das unidades em relação a força de trabalho necessária para o bom andamento dos serviços judiciários no 1º Grau de Jurisdição com uma visão de gestão por competências;
- Projeto de revisão e ampliação do Decreto Judiciário nº 2449/2014 que estabeleceu o quadro mínimo de pessoal do 2º Grau de Jurisdição com uma visão de gestão por competências.



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de mapeamento das competências profissionais	Meta: Mapear, até 2020, as competências necessárias para exercer todos os cargos e funções no 1º e 2º graus de jurisdição.						
	50%	55%	60%	70%	80%	90%	100%
Índice de servidores capacitados nas competências profissionais	Meta: Capacitar, até 2020, 75% dos servidores nas competências profissionais exigidas pelos respectivos cargos/funções desempenhados.						
	0%	5%	10%	15%	25%	45%	75%



Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

10 - Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores

Descrição do Objetivo:

Estabelecer a melhoria da saúde e a valorização de magistrados e servidores como condição favorável para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento e realização pessoal de cada colaborador do Poder Judiciário.

Linhas de Atuação:

- Regulamentar a Gratificação de Qualificação;
- Estimular as ações de reconhecimento funcional;
- Identificar o número de afastamentos funcionais por problemas de saúde decorrentes de atividades laborais;
- Identificar as causas de transtornos psicossomáticos;
- Aumentar o número de pessoas abrangidas por programas que promovam melhoria na qualidade de vida no trabalho;
- Aprimorar as cerimônias de posses dos servidores, com um maior destaque e solenidade, convidando as respectivas associações de classes;
- Promover políticas de integração institucional para novos magistrados, servidores e estagiários.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 35 - Número de ações de reconhecimento funcional;
- 36 - Índice de afastamento funcional por problemas de saúde decorrentes da atividade laboral no PJPR;
- 37 - Índice de alcance dos programas de saúde e qualidade de vida no trabalho.

Projetos Relacionados:

- Programa Cultural de Literatura, Artes e Melhores Práticas de Trabalho;
- Pesquisa anual de clima organizacional;
- Programa de Ginástica Laboral na Capital e Interior;
- Projeto Postura em Dia (ergonomia e alongamento funcional);
- Projeto de implementação de Aulas de Ginástica Laboral por Teleconferência;
- Projeto qualidade de Vida em Datas;
- II Semana de Qualidade de Vida
- Programa de informação e incentivo à prática de atividades físicas para magistrados e servidores, incluindo informação cotidiana, eventos esportivos, culturais, corridas, caminhadas e afins;
- Projeto aposentadoria Bem Vivida.



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de ações de reconhecimento funcional	Meta: Realizar, anualmente, 2 ações que promovam o reconhecimento funcional dos magistrados e servidores até 2020.						
	Não quantificada	2	2	2	2	2	2
Índice de afastamento funcional por problemas de saúde decorrentes da atividade laboral no PJPR	Meta: Reduzir, até 2020, a quantidade de afastamento funcional por problemas de saúde em 20%.						
	1.836	1.781 (3%)	1.744 (5%)	1.689 (8%)	1.652 (10%)	1.561 (15%)	1.469 (20%)
Índice de alcance dos programas de saúde e qualidade de vida no trabalho	Meta: Estender, até 2020, os programas de saúde e qualidade de vida no trabalho à 70% dos magistrados e servidores do PJPR.						
	20%	40%	50%	55%	60%	65%	70%



Tema:

Infraestrutura.

Objetivo Estratégico:

11 - Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas

Descrição do Objetivo:

Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de estruturas físicas que permitam o bom desempenho dos magistrados e servidores, garantindo condições adequadas de trabalho, antecipando intervenções necessárias nas edificações do Poder Judiciário paranaense.

Linhas de Atuação:

- Construir estruturas físicas destinadas às atividades judiciárias e administrativas;
- Reformar estruturas físicas destinadas às atividades judiciárias e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 38 - Quantitativo de edificações novas, reformadas ou ampliadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- 39 - Índice de edificações com acessibilidade física.

Projetos Relacionados:

- Projeto de ranqueamento dos edifícios do PJPR.



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantitativo de edificações novas, reformadas ou ampliadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná	Meta: Construir, até 2020, 49 novas edificações e reformar ou ampliar 28 outras edificações.						
	Obras Novas: 56	12	25	31	37	43	49
	Reformas e Ampliações: 30	11	16	19	22	25	28
	Total de Edificações: 86	23	41	50	59	68	77

Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de edificações com acessibilidade física	Garantir, em todas as edificações do PJPR, o acesso universalizado.						
	Acessibilidade Física: 57% (94 edificações)	71% (117)	82% (135)	87% (144)	93% (153)	98% (162)	100% (165)



Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

12 - Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Descrição do Objetivo:

Estabelecer procedimentos que disponibilizem os recursos orçamentários, de forma adequada a cumprir os projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Linhas de Atuação:

- Otimizar o monitoramento global da gestão das receitas e dos custos;
- Criar mecanismos de monitoramento das despesas e arrecadação por comarca;
- Melhorar a fiscalização e arrecadação das receitas dos Fundos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 40 - Índice de eficiência operacional.

Projetos Relacionados:

- PROCREDITO-RECUPERA - Recuperação de Créditos Devidos ao FUNREJUS;
- PROCUSTAS-EXCELENCIA - Excelência da Fiscalização da Arrecadação das Custas;
- PROCUSTAS-OFFICIAIS - Otimização das Rotinas de Arrecadação dos Oficiais de Justiça;
- PRODEPOJUD - Remuneração e Controle dos Depósitos Judiciais;
- PROFILTRO-JG - Filtragem da Justiça Gratuita;
- PROREPASSES - Adequação dos Repasses Residuais do Estado;
- PROCUSTAS-FISCALIZA - Arrecadação e Fiscalização;
- PROCUSTAS-RECUPERA - Recuperação de Custas Não Pagas;
- PROGESTAO-CUSTOS - Implantação de Gestão de Custos no TJPR.



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de eficiência operacional	Meta: Manter, até 2020, o custo real por processo judicial baixado no mesmo nível do ano de 2014.						
	R\$ 1.186,43	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)



Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

13 - Priorizar recursos para a execução da estratégia

Descrição do Objetivo:

Promover ações de natureza orçamentária e extra-orçamentária, visando assegurar recursos que viabilizem a consecução das ações necessárias ao cumprimento da Estratégia.

Linhas de Atuação:

- Elaborar relatórios gerenciais acerca do cumprimento dos indicadores;
- Monitorar periodicamente os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 41 - Índice de execução do Planejamento Estratégico



Indicador	Meta						
	Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de execução do Planejamento Estratégico	Cumprir, até 2020, 85% dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2015-2020.						
	-	21,8%	33,7%	46%	58,4%	71,5%	85%

ANEXO IV

Mensuração dos Indicadores Estratégicos

Indicador 01: Índice de atendimento à população	
Objetivo: 01 - Aprimorar a comunicação institucional	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	A quantidade de atendimentos prestados à população, por meio da Ouvidoria-Geral do PJPR.
Responsável	Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário
Por que medir	Para verificar se o acesso à justiça está sendo garantido ao cidadão
Como medir	$\frac{N^{\circ} \text{ total de atendimentos realizados no período}}{N^{\circ} \text{ total de atendimentos realizados no período} - \text{base}}$
Situação atual	16.529 atendimentos realizados em 2014

Meta: Ampliar o atendimento ao jurisdicionado e ao cidadão em 1% no ano de 2015 e em 5% ao ano a partir de 2016.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	16.529	16.694 (1%)	17.528 (5%)	18.404 (5%)	19.324 (5%)	20.290 (5%)	21.304 (5%)
Realizado		13.552 (-18,0%)	13.891 (-16,0%)				

Apesar de constatada uma defasagem de 16%, em 2016, com relação à quantidade de atendimentos realizados em 2014, houve um acréscimo de 2,5% no número de atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário em relação ao ano de 2015.

Indicador 02: Índice de celeridade no atendimento à população**Objetivo: 01 - Aprimorar a comunicação institucional**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Percentual de atendimentos resolvidos em até 5 dias úteis.
Responsável	Ouvidoria Geral do Poder Judiciário
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Ouvidoria Geral do Poder Judiciário
Por que medir	Para verificar se a Ouvidoria Geral presta um serviço célere ao cidadão.
Como medir	$\frac{N^{\circ} \text{ de atendimentos realizados, em até 5 dias úteis, no período}}{N^{\circ} \text{ total de atendimentos realizados no período}}$
Situação atual	Não mensurado

Meta: Ampliar a celeridade no atendimento ao jurisdicionado e ao cidadão até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	-	Estabelecer a linha de base	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
Realizado		86,36%	92%				

Indicador 03: Índice de edificações com acessibilidade de comunicação visual**Objetivo: 01 - Aprimorar a comunicação institucional**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	A quantidade de edificações do PJPR com acessibilidade de comunicação visual.
Responsável	Departamento de Engenharia e Arquitetura
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a quantidade de edificações do PJPR contemplados com acessibilidade de comunicação visual, a qual auxiliará ao cidadão, inclusive aqueles com deficiência, em localizar facilmente as unidades jurisdicionais e os departamentos administrativos do PJPR.
Como medir	Aferir a quantidade de edificações no PJPR contemplados com acessibilidade de comunicação visual no decorrer do sexênio.
Situação atual	As comunicações visuais dos edifícios do PJPR carecem de adaptação ao padrão NBR/9050. Visando atender todas as normativas legais e técnicas, o TJPR está projetando um novo padrão de comunicação visual, o qual será implantado de forma gradativa.

Meta: Adequar ao novo padrão de comunicação visual das edificações, até 2020, em 81 edificações do PJPR.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	Edifícios adequados: 0	Elaboração do Projeto	Licitação e 9 edifícios	27 edifícios	45 edifícios	63 edifícios	81 edifícios
Realizado		85%	1 (11,1%)				

Indicador 04: Índice de alcance dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)

Objetivo: 02 - Fomentar a conciliação e os meios pré-processuais de solução de conflitos.

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Quantitativo de CEJUSCs instalados no 1º Grau
Responsável	2ª Vice-Presidência
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o progresso de resoluções realizadas por meio conciliatório, atendendo ao princípio da economia processual.
Como medir	Quantitativo absoluto de CEJUSCs instalados no 1º Grau do PJPR
Situação atual	Encontram-se instalados 10 dos 29 CEJUSCs exigidos pela Resolução 125 do CNJ.

Meta: No 1º Grau: Alcançar, até 2020, um total de 75 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania instalados no Poder Judiciário do Estado do Paraná, abrangendo todas as Comarcas de Entrâncias Finais e Intermediárias.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado		10	29	41	53	64	75
Realizado	1º Grau: 10	10 (100%)	70 (241%)				

Indicador 05: Consumo de água

Objetivo: 03. Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de variação do consumo de água
Responsável pela medição	Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados e Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável
Quando medir	Bimestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar se há redução do consumo de água, visto que trata-se de um recurso natural essencial à vida de todos os seres humanos.
Como medir	$\frac{m^3 \text{ de água consumido no período}}{m^3 \text{ de água consumido em 2014}}$
Situação atual	Em relação às edificações, 40% dos prédios do PJPR possuem a adequação das torneiras e descargas ao sistema econômico Promatic (descargas de duplo estágio), sendo que os demais edifícios serão adequados conforme o programa de obras novas e grandes reformas do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Meta: Reduzir o consumo de água, comparado a 2014, em 5% até 2020

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado		228.721 (0,5%)	227.571 (1%)	225.273 (2%)	222.974 (3%)	220.675 (4%)	218.377 (5%)
Realizado	229.870 m³	217.100 (5,55%)	224.703 (2,25%)				

Indicador 06: Consumo de Papel**Objetivo: 03. Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de variação do consumo de papel
Responsável	Departamento do Patrimônio e Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável
Quando medir	Bimestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar se há redução do consumo de papel, em decorrência da ampliação dos sistemas de prestação jurisdicionais virtuais (PROJUDI e PJe) e da instalação do sistema administrativo virtual (SEI).
Como medir	$\frac{\text{Quantidade de resmas de papel solicitadas no período}}{\text{Quantidade de resmas de papel solicitadas em 2014}}$
Situação atual	174.700 resmas de papel A4 solicitadas ao Departamento do Patrimônio em 2014.

Meta: Reduzir o consumo de papel, comparado a 2014, em 10% até 2020

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	151.795 resmas de papel A4	150.277 (1%)	148.759 (2%)	145.723 (4%)	142.687 (6%)	139.651 (8%)	136.615 (10%)
Realizado		125.404 (17,39%)	105.864 (30,3%)				

Indicador 07: Consumo de Energia Elétrica**Objetivo: 03. Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de variação do consumo de energia elétrica
Responsável pela medição	Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados e Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável
Quando medir	Bimestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a redução do consumo de energia elétrica.
Como medir	$\frac{\text{kwh de energia elétrica consumida no período}}{\text{kwh de energia elétrica consumida em 2014}}$
Situação atual	O PJPR consumiu um total de cerca de 18,5 GWh de energia elétrica em 2014.

Meta: Reduzir o consumo de energia elétrica, comparado a 2014, em 10% até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	18.850.461 kWh	18.661.956 (1%)	18.473.452 (2%)	18.096.443 (4%)	17.719.433 (6%)	17.342.424 (8%)	16.965.415 (10%)
Realizado		19.223.662 (-2%)	18.470.972 (2,01%)				

Indicador 08: Índice de Implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS)**Objetivo: 03. Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Nível de cumprimento do PLS.
Responsável	Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para garantir o efetivo cumprimento do PLS da Resolução nº 201 do CNJ
Como medir	<i>Média do cumprimento das metas dos indicadores estabelecidos no PLS</i>
Situação atual	PLS em fase de elaboração.

Meta: Elaborar e cumprir o Plano de Logística Sustentável.

Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	-	Elaborar PLS	15%	30%	60%	80%	100%
Realizado		Estudos preliminares para elaborar PLS (10%)	Elaboração de 30% do PLS				

Conforme o procedimento administrativo SEI nº 0030867-07.2017.8.16.6000, dos 5 (cinco) capítulos estruturais indispensáveis do PLS, 3 (três) estão parcialmente finalizados, restando a consolidação de novos dados na 2ª edição. Com isto, mensurou-se a elaboração do PLS na proporção de 30% de sua totalidade no ano de 2016.

Indicador 09: Índice de implantação da metodologia de gestão por processo de trabalho**Objetivo: 04 - Implantar metodologia de gestão por processos de trabalho.**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Número de processos de trabalho das atividades fim e meio que foram mapeados, padronizados e manualizados.
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça e Divisão de Gestão de Processos - DPLAN
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a abrangência da gestão de processos de trabalho no Poder Judiciário Estadual.
Como medir	Contagem do número de processos de trabalho mapeados, padronizados e manualizados.
Situação atual	O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná criou, no início de 2015, uma unidade dedicada à gestão de processos de trabalho, a qual se encontra em fase de estruturação para que desempenhe suas atividades satisfatoriamente.

Meta: Mapear, padronizar e criar manuais de 25 processos de trabalho de atividade judicial e 25 de atividade administrativa, até 2020.

Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
ATIVIDADE JUDICIAL	Projetado	Estruturar a Divisão de Gestão de Processos (100%)	5	5	5	5	5
	Realizado	Formalmente Estruturada (50%)	Não Mensurado				
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	Projetado	Estruturar a Divisão de Gestão de Processos (100%)	5	5	5	5	5
	Realizado	Formalmente Estruturada (50%)	22				

Apesar de a Divisão de Gestão de Processos de Trabalho não ter sido efetivamente implantada, o Departamento de Planejamento realizou consulta aos demais Departamentos e Centros da Secretaria do Tribunal de Justiça com o objetivo de identificar eventuais processos de trabalho mapeados nestas unidades envolvidas com a gestão por processos de trabalho.

Indicador 10: Índice de arquivamento de processos.**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de processos baixados anualmente
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Centro de Apoio às Turmas Recursais
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para monitorar a evolução do quantitativo de processos finalizados pelo Poder Judiciário.
Como medir	$\frac{\sum_{i=2015}^{\text{período-base}} TBaix_i}{\sum_{i=2009}^{2014} TBaix_i}$ <p>Obs.: Variáveis do relatório Justiça em Números, 3ª ed.</p>
Situação atual	O bom histórico do quantitativo de processos baixados pelo TJPR no 1º Grau deve-se em grande parte ao processo de digitalização dos processos e atuação de forças tarefas, o que deve estabilizar já em 2015, não havendo ganhos expressivos para os próximos anos. Mesmo assim, com os processos virtuais e, conseqüentemente, trâmites mais céleres dos feitos até finalizá-los, pode-se prever que será possível baixar um quantitativo 25% maior de processos, comparado ao sexênio anterior.

Meta: Aumentar, para o sexênio 2015-2020, em 25% a quantidade total de feitos baixados em comparação ao sexênio de 2009-2014.

Linha de base (2009-2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 6.833.308	Projetado	1.421.328 (20,8%)	2.849.489 (41,7%)	4.270.818 (62,5%)	5.692.146 (83,3%)	7.120.307 (104,2%)	8.541.635 (125%)
	Realizado	1.415.993 (20,72%)	2.722.172 (39,84%)				
2º Grau: 764.342	Projetado	158.983 (20,8%)	318.731 (41,7%)	477.714 (62,5%)	636.697 (83,3%)	796.444 (104,2%)	955.428 (125%)
	Realizado	172.162 (22,52%)	345.775 (45,24%)				
1º Grau: 4.127.542	Projetado	858.529 (20,8%)	1.721.185 (41,7%)	2.579.714 (62,5%)	3.438.243 (83,3%)	4.300.899 (104,2%)	5.159.426 (125%)
	Realizado	804.386 (19,49%)	1.527.006 (37,0%)				
Juizados Especiais: 1.767.742	Projetado	367.690 (20,8%)	737.148 (41,7%)	1.104.839 (62,5%)	1.472.529 (83,3%)	1.841.987 (104,2%)	2.209.678 (125%)
	Realizado	357.845 (20,24%)	664.081 (37,57%)				
Turmas Recursais: 173.682	Projetado	36.126 (20,8%)	72.425 (41,7%)	108.551 (62,5%)	144.677 (83,3%)	180.977 (104,2%)	217.103 (125%)
	Realizado	81.600 (46,98%)	185.310 (106,69%)				

*Valores acumulados entre 2015 e o ano-base de medição.

Indicador 11: Índice de processos julgados.**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	A evolução do quantitativo de processos julgados, segundo o entendimento da Meta Nacional 1 do CNJ, pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Centro de Apoio às Turmas Recursais
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para monitorar a capacidade do Poder Judiciário em julgar, anualmente, um quantitativo maior de ações.
Como medir	$\frac{\text{Quantidade de processos julgados no período} - \text{base}}{\text{Quantidade de processos julgados no ano de 2014}} - 1$ Obs.: Variáveis da Meta Nacional 1 do CNJ
Situação atual	

Meta: Julgar, até 2020, 12% a mais de processos do que no ano de 2014.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 831.747	Projetado	851.601 (2,4%)	871.456 (4,8%)	891.310 (7,2%)	911.164 (9,5%)	931.019 (11,9%)	950.873 (14,3%)
	Realizado	908.902 (9,28%)	813.439 (-2,2%)				
2º Grau: 160.968	Projetado	167.407 (4%)	173.845 (8%)	180.284 (12%)	186.723 (16%)	193.162 (20%)	199.600 (24%)
	Realizado	165.844 (3,03%)	148.240 (-7,91%)				
1º Grau: 376.377	Projetado	383.905 (2%)	391.432 (4%)	398.960 (6%)	406.487 (8%)	414.015 (10%)	421.542 (12%)
	Realizado	354.624 (-5,78%)	332.992 (-11,53%)				
Juizados Especiais: 244.753	Projetado	249.648 (2%)	254.543 (4%)	259.438 (6%)	264.333 (8%)	269.228 (10%)	274.123 (12%)
	Realizado	300.775 (22,89%)	258.665 (5,68%)				
Turmas Recursais: 49.649	Projetado	50.642 (2%)	51.635 (4%)	52.628 (6%)	53.621 (8%)	54.614 (10%)	55.607 (12%)
	Realizado	87.659 (76,56%)	73.542 (48,12%)				

Indicador 12: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta Nacional 1 do CNJ)

Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de processos de conhecimento julgados em relação ao total de processos de conhecimento distribuídos no ano.
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Centro de Apoio às Turmas Recursais
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para monitorar a capacidade do Poder Judiciário em julgar quantitativo maior de ações em relação às ações novas.
Como medir	$\frac{Jul}{1 + PD - PC}$ <p>onde, Jul = Total de processos de conhecimento julgados PD = Total de processos de conhecimento distribuídos PC = Total de processos de conhecimento com distribuição cancelada ou remetida à outro Tribunal ou jurisdição</p> <p>Obs.: Variáveis da Meta Nacional 1 do CNJ.</p>
Situação atual	106,50%

Meta: Alcançar, anualmente, 100% de cumprimento da meta.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 106,50%	Projetado	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	99,77%	97,41%				
2º Grau: 100,08%	Projetado	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	104,44%	103,20%				
1º Grau: 113,08%	Projetado	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	98,33%	99,64%				
Juizados Especiais: 105,98%	Projetado	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	98,51%	92,50%				
Turmas Recursais: 88,06%	Projetado	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	101,62%	95,06%				

Indicador 13: Taxa de Congestionamento na Fase de Execução**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de cumprimento das execuções
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para assegurar celeridade no cumprimento das execuções
Como medir	<p>No TJPR:</p> $\frac{CpEx_{1^{\circ}} + CpEx_{JE}}{TBaixEx_{1^{\circ}} + CpEx_{1^{\circ}} + TBaixEx_{JE} + CpEx_{JE}}$ <p>No 1º Grau:</p> $\frac{CpEx_{1^{\circ}}}{TBaixEx_{1^{\circ}} + CpEx_{1^{\circ}}}$ <p>Nos Juizados Especiais:</p> $\frac{CpEx_{JE}}{TBaixEx_{JE} + CpEx_{JE}}$ <p>Obs.: Variáveis do relatório Justiça em Números, 3ª ed.</p>
Situação atual	Devido a um significativo quantitativo de processos represados em fase de execução aguardando o pagamento de custas judiciais, torna-se inviável, neste momento, estabelecer a evolução para o sexênio 2015-2020.

Meta: Reduzir a taxa de congestionamento das ações em fase de execução até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 77,9%	Projetado	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Realizado	79,61%	79,18%				
1º Grau: 79,9%	Projetado	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Realizado	82,13%	81,98%				
Juizados Especiais: 51,7%	Projetado	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Realizado	59,54%	56,06%				

Segundo o Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria-Geral da Justiça, “a definição para o indicador 13 (Taxa de Congestionamento na Fase de Execução) dos indicadores estratégicos afetos à Corregedoria-Geral é inviável no momento pelos seguintes motivos:

1) Dificuldade do cálculo preciso da taxa de congestionamento para processos em fase de execução, pois essas classes processuais são responsáveis pelas maiores quantidades de processos físicos em andamento. Apesar de representarem aproximadamente 40,4% do total de processos em andamento no 1º Grau do TJPR em junho de 2017, possuem a maioria dos processos físicos (53,3%). Como as informações relativas aos processos físicos dependem de informação externa aos Sistemas do TJPR, ainda possuem falhas de dados, conforme identificado por Monitoramento de Digitalização do NEMOC realizado mensalmente.

2) Alta sazonalidade nos casos novos de processos de Execução Fiscal: em muitos Municípios ocorre um certo represamento de processos de Execução Fiscal em determinados anos e em outros são autuados em grandes volumes, efeitos correlacionados aos anos que ocorrem eleições. O efeito desta sazonalidade poderia ser dimensionado para ajustar as Metas, porém a oscilação é bastante grande e não ocorre em todos os Municípios. (...) Semelhante sazonalidade é observada em vários (...) Municípios, o que dificulta a definição de uma meta anual de redução para a Taxa de Congestionamento de processos em fase de execução.

3) A quantidade de autuações é uma variável não controlável inclusive para outras classes processuais, não apenas de processos em fase de execução, mas para estes também a quantidade de processos judiciais baixados no período (variável que representa o numerador da fórmula da taxa de congestionamento), é pouco controlável pelo Poder Judiciário para as Execuções Fiscais, conforme explicação do próprio CNJ no relatório anual do Justiça em Números de 2016, ano-base 2015:

‘Dentro do quadro geral das execuções, pode-se afirmar que o maior problema são as execuções fiscais. Na verdade, como sabido, o executivo fiscal chega a juízo depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário se frustraram na via administrativa, levando à sua inscrição da dívida ativa. Na verdade, o processo judicial acaba por repetir etapas e providências de localização do devedor ou patrimônio capaz de satisfazer o crédito tributário já adotadas pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional sem sucesso, de modo que chegam ao Judiciário justamente aqueles títulos cujas dívidas já são antigas, e por consequência, mais difíceis de serem recuperadas (...) Os processos desta classe apresentam alta taxa de congestionamento, 91,7%, ou seja, de cada 100 processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2015, apenas 8 foram baixados.’

A Meta 5 do CNJ de 2017 busca estabelecer políticas de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de Execução Fiscal até 31/12/2017. Certamente as iniciativas adotadas para cumprimento desta Meta impactarão positivamente na Taxa de Congestionamento para o indicador estratégico nº 13, porém não é possível dimensionar de antemão esta influência em percentual. Recomenda-se a continuidade do monitoramento desta desobstrução para verificar a possibilidade de traçar uma meta de redução da Taxa de Congestionamento factível e realizável por ações dos servidores e Magistrados do Tribunal de Justiça do Paraná”.

Indicador 14: Índice de processos de conhecimento julgados por magistrados.**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Quantitativo médio de processos de conhecimento julgados por magistrado
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Centro de Apoio às Turmas Recursais
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a produtividade dos magistrados de 1º e 2º Grau de Jurisdição.
Como medir	$\frac{Jul}{Mag}$ <p>Obs.: Jul é uma variável da Meta Nacional 1 do CNJ e Mag é uma variável do relatório Justiça em Números, 3ª ed.</p>
Situação atual	<p>Em média, cada magistrado do Poder Judiciário do Estado do Paraná julgou, no ano de 2014, 1.011 processos de conhecimento.</p> <p>Em relação às Turmas Recursais, cabe ressaltar que o índice relativo às Turmas Recursais já se encontra em elevado nível, e considerando a grande sobrecarga de trabalho enfrentada por este Órgão, que se encontra em regime de exceção desde 2012, fora sugerido um modesto incremento no índice de produtividade dos magistrados, por considerar esta como a projeção realista a ser feita. Tal elevação embasa-se no sentido de visualizar melhorias no sistema com a criação das Turmas Recursais e aumento da estrutura do centro de apoio, aumentando a produtividade das Turmas Recursais como um todo.</p>

Meta: Aumentar em 14,6% do índice de processos de conhecimento julgados por magistrados
 Aumentar em 24% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados no 2º Grau
 Aumentar em 12% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados no 1º Grau
 Aumentar em 2% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados nas Turmas Recursais
 Aumentar em 15% o índice de processos de conhecimento julgados por magistrados nos Juizados Especiais

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 1.011	Projetado	1.035 (2,4%)	1.060 (4,8%)	1.085 (7,3%)	1.109 (9,7%)	1.134 (12,2%)	1.159 (14,6%)
	Realizado	1.120,7 (10,85%)	978,9 (-3,18%)				
2º Grau: 1.353	Projetado	1.407 (4%)	1.461 (8%)	1.515 (12%)	1.569 (16%)	1.624 (20%)	1.678 (24%)
	Realizado	1.417,5 (4,77%)	1.235,3 (-8,7%)				
1º Grau: 605	Projetado	617,1 (2%)	629,2 (4%)	641,3 (6%)	653,4 (8%)	665,5 (10%)	677,6 (12%)
	Realizado	575,7 (-4,84%)	527,7 (-12,77%)				
Juizados Especiais: 1.113	Projetado	1.140,8 (2,5%)	1.168,7 (5%)	1.196,5 (7,5%)	1.224,3 (10%)	1.252,1 (12,5%)	1.280 (15%)
	Realizado	1.342,7 (20,64%)	1.159,9 (4,22%)				
Turmas Recursais: 3.103	Projetado	3.103 (0%)	3.111 (0,25%)	3.119 (0,5%)	3.134 (1%)	3.150 (1,5%)	3.165 (2%)
	Realizado	6.261,4 (101,78%)	4902,8 (58,0%)				

Indicador 15: Índice de produtividade dos Servidores da Área Judiciária, exceto servidores lotados em gabinetes de magistrados (IPServ).

Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.

Tipo de Indicador	Eficiência		
O que mede	Quantitativo médio de processos baixados por servidor		
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário, Centro de Apoio às Turmas Recursais e Departamento de Gestão de Recursos Humanos		
Quando medir	Anual		
Onde medir	PJPR		
Por que medir	Para verificar a produtividade dos servidores da área judiciária, exceto servidores lotados em gabinetes de magistrados.		
Como medir	<p>No 1º Grau:</p> $\frac{TBaix_{1º}}{Sajud_{1º}}$	<p>No 2º Grau:</p> $\frac{TBaix_{2º}}{Sajud_{2º} - Sgab_{2º}}$	<p>Nas Turmas Recursais:</p> $\frac{TBaix_{TR}}{Sajud_{TR} - Sgab_{TR}}$
	<p>onde,</p> <p>Sgab_{2º}: Total de servidores lotados em gabinetes de magistrados no 2º Grau</p> <p>Sgab_{TR}: Total de servidores lotados em gabinetes de magistrados nas Turmas Recursais;</p> <p>TBaix_{1º}, TBaix_{2º}, TBaix_{TR}, Sajud_{1º}, Sajud_{2º} e Sajud_{TR} são variáveis do relatório Justiça em Números, 3º ed.</p>		
Situação atual	<p>No 1º Grau (Comum e Juizados Especiais), o índice de produtividade dos servidores da área judiciária apresentou-se como o melhor dentre os Tribunais de Grande porte, segundo o relatório Justiça em Números 2015: ano-base 2014. Entretanto, vale ressaltar que ainda há cerca de 180 unidades judiciais a serem estatizadas que demandarão a alocação de recursos humanos.</p> <p>Deve-se esclarecer que, para o 2º Grau e Turmas Recursais, a linha de base deste indicador será estabelecida em 2015 devido à indisponibilidade de relatórios gerenciais, até o ano de 2014, do quantitativo de servidores lotados nos gabinetes.</p> <p>Para o caso das Turmas Recursais, cabe ainda ressaltar que o índice à elas relativo já se encontra em elevado nível, e considerando a grande sobrecarga de trabalho enfrentada por este Órgão, que se encontra em regime de exceção desde 2012, foi sugerida a manutenção dos índices já encontrados por ser esta a projeção realista a ser feita.</p>		

Meta: Aumentar em 13,2% índice de produtividade dos servidores até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR - Área Judiciária	Projetado	Estabelecer linha de base	257,98 (4%)	263,39 (6,3%)	269,39 (8,6%)	275,10 (10,9%)	280,80 (13,2%)
	Realizado	248,06	234,93 (-5,29%)				
2º Grau:	Projetado	Estabelecer linha de base	1.080,14 (5%)	1.131,57 (10%)	1.183,01 (15%)	1.234,44 (20%)	1.285,88 (25%)
	Realizado	1.028,70	1.064,8 (3,51%)				
1º Grau e Juizados Especiais: 208	Projetado	212 (2%)	216 (4%)	220 (6%)	225 (8%)	229 (10%)	233 (12%)
	Realizado	210,35 (1%)	191,25 (-8,05%)				
Turmas Recursais:	Projetado	Estabelecer linha de base	5.259,40 (0%)	5.259,40 (0%)	5.259,40 (0%)	5.259,40 (0%)	5.259,40 (0%)
	Realizado	5.259,40	5.996,22 (14,01%)				

Indicador 16: Índice de afastamento sem substituição nas Turmas Recursais**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	A média de dias de afastamento de Magistrados das Turmas Recursais sem substituição no período base.
Responsável	Centro de Apoio às Turmas Recursais
Quando medir	Anual
Onde medir	Turmas Recursais do PJPR
Por que medir	Para evitar sobrecarga de trabalho nos atuais membros e garantir a celeridade processual conforme determina a Lei Federal 9.099/95, art. 2º.
Como medir	$NAJ \times MagAJ_{TR}$ onde, NAJ - Número de dias de afastamento de Magistrado titular sem substituição MagAJ _{TR} - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição, sem substituição, nas Turmas Recursais
Situação atual	Foi observado, no ano de 2014, um total de 894 dias em que magistrados das Turmas Recursais estiveram afastados sem a devida substituição.

Meta: Atingir, até 2017, zero dias de afastamento de Magistrados das Turmas Recursais sem substituição.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	894 dias	596 dias (33,33%)	298 dias (66,67%)	0 dias (100%)	0 dias (100%)	0 dias (100%)	0 dias (100%)
Realizado		938 dias (-4,92%)	771 dias (13,76%)				

Indicador 17: Índice de produtividade dos assessores (IPA).**Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.**

Tipo de Indicador	Eficiência	
O que mede	Quantitativo médio de processos julgados por assessor de gabinete.	
Responsável	Departamento Judiciário, Centro de Apoio às Turmas Recursais e Departamento de Gestão de Recursos Humanos	
Quando medir	Anual	
Onde medir	PJPR	
Por que medir	Para verificar a produtividade dos assessores no 2º Grau de Jurisdição.	
Como medir	No 2º Grau:	$\frac{Jul_{2º}}{Sgab_{2º}}$
	Nas Turmas Recursais:	$\frac{Jul_{TR}}{Sgab_{TR}}$
	onde, Sgab _{2º} : Total de servidores lotados em gabinetes de desembargadores Sgab _{TR} : Total de servidores lotados em gabinetes de magistrados das Turmas Recursais; Jul _{2º} e Jul _{TR} são variáveis da Meta Nacional 1 do CNJ.	
Situação atual	<p>Deve-se esclarecer que, para o 2º Grau e Turmas Recursais, a linha de base deste indicador será estabelecida em 2015 devido à indisponibilidade de relatórios gerenciais, até o ano de 2014, do quantitativo de servidores lotados nos gabinetes.</p> <p>Para o caso das Turmas Recursais, cabe ressaltar que o índice relativo às Turmas Recursais já se encontra em elevado nível, e considerando a grande sobrecarga de trabalho enfrentada por este Órgão, que se encontra em regime de exceção desde 2012, fora sugerido a manutenção dos índices já encontrados por ser esta a projeção realista a ser feita, contudo orientados no sentido de visualizar melhorias no sistema com a criação das Turmas Recursais e contratação de mais assessores mantendo o índice atual do presente indicador mas aumentando a produtividade das Turmas Recursais como um todo.</p>	

Meta: Aumentar em 25% do Índice de Produtividade dos Assessores no 2º Grau							
Manter o Índice de Produtividade dos Assessores das Turmas Recursais							
Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR	Projetado	Estabelecer linha de base	233,28 (3,8%)	241,82 (7,6%)	250,59 (11,5%)	259,13 (15,3%)	267,67 (19,1%)
	Realizado	224,74	194,03 (-13,7%)				
2º Grau	Projetado	Estabelecer linha de base	157,3 (5%)	164,79 (10%)	172,28 (15%)	179,77 (20%)	187,26 (25%)
	Realizado	149,81	132,12 (-11,8%)				
Turmas Recursais	Projetado	Estabelecer linha de base	4.174,24 (0%)	4.174,24 (0%)	4.174,24 (0%)	4.174,24 (0%)	4.174,24 (0%)
	Realizado	4.174,24	3.502,00 (-16,1%)				

Indicador 18: Índice de tempo médio de tramitação dos processos no PJPR.

Objetivo: 05 - Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional.

Tipo de Indicador	Eficiência			
O que mede	O tempo médio efetivo de duração dos processos baixados durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo (processos de conhecimento), início da execução ou liquidação (processos de execução) e a primeira data de baixa.			
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Centro de Apoio às Turmas Recursais			
Quando medir	Anual			
Onde medir	PJPR			
Por que medir	Para verificar o tempo médio dos processos, e a consequente celeridade da prestação jurisdicional proporcionada aos cidadãos.			
Como medir	TJPR:	TpTot	1º Grau (Conhecimento):	TpBaixC _{1º}
	2º Grau:	TpBaix _{2º}	1º Grau (Execução):	TpBaixEx _{1º}
	Turmas Recursais:	TpBaix _{TR}	Juizados Especiais (Conhecimento):	TpBaixC _{JE}
			Juizados Especiais (Execução):	TpBaixExt _{JE}
	Obs.: Variáveis do relatório Justiça em Números, 3ª ed.			
Situação atual	Deve-se esclarecer que tratam-se de novas variáveis da 3ª edição do relatório Justiça em Números, que serão mensuradas pela primeira vez em 2016 (ano-base 2015), motivo pelo qual somente será possível estabelecer a linha de base deste indicador no referido ano.			

Meta: Reduzir, em relação à 2015, o tempo de tramitação dos processos baixados no PJPR em 5% até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR - Área Judiciária:	Projetado	Estabelecer linha de base	242,27 (1%)	239,83 (2%)	237,38 (3%)	234,93 (4%)	232,48 (5%)
	Realizado	244,72	216,75 (11,43%)				
2º Grau:	Projetado	Estabelecer linha de base	410,46 (1%)	406,32 (2%)	402,17 (3%)	398,03 (4%)	393,88 (5%)
	Realizado	414,61	432,1 (-4,22%)				
1º Grau (Conhecimento):	Projetado	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Realizado	Não mensurado	731,56				
1º Grau (Execução):	Projetado	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Realizado	Não mensurado	1.603,58				
Juizados Especiais (Conhecimento):	Projetado	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Realizado	Não mensurado	289,33				
Juizados Especiais (Execução):	Projetado	Estabelecer linha de base	1%	2%	3%	4%	5%
	Realizado	Não mensurado	436,42				
Turmas Recursais:	Projetado	Estabelecer linha de base	281,31 (1%)	278,47 (2%)	275,63 (3%)	272,79 (4%)	269,95 (5%)
	Realizado	284,16	238,08 (16,21%)				

Indicador 19: Índice de alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias

Objetivo: 06 - Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias.

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Número de seminários para promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias realizados a cada biênio.
Responsável	Divisão de Gestão Estratégica - DPLAN
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para assegurar a difusão e continuidade da estratégia do TJPR.
Como medir	Número total de seminários realizados a cada dois anos.
Situação atual	Foram realizadas 11 análises SWOTS nas regionais do Estado e o Fórum: Construindo o Judiciário que Queremos (IA) na Capital.

Meta: Realizar duas ações de divulgação do Planejamento Estratégico ao ano.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	Ações de divulgação do Planejamento Estratégico: 2	2	2	2	2	2	2
Realizado		1	1				

Como ação de divulgação do Planejamento Estratégico, no início do ano de 2016, ainda sob os efeitos das restrições orçamentárias, foi lançado o primeiro vídeo sobre o Planejamento Estratégico como forma lúdica de disseminação e conscientização deste importante instrumento de gestão.

Indicador 20: Índice de execução do Plano Anual de Capacitação**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Por que medir	Para assegurar a capacitação do corpo funcional de TIC (técnica e gerencial), melhorando a produtividade e o clima organizacional.
Como medir	$\frac{\text{número de eventos executados no ano}}{\text{número total de eventos previstos no ano}}$
Situação atual	0%

Meta: Atender 90% de execução deste indicador até 2020.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	70%	75%	80%	85%	90%
Realizado		-	85,70%				

Pontua-se que o Plano Anual de Capacitação será direcionado através de atividades do Plano Diretor de TIC.

Indicador 21: Índice de implantação do DATACENTER 1**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Percentual de implantação do ambiente de Datacenter 1
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Divisão de Infraestrutura de Software - DTIC
Por que medir	Para instrumentalizar a área de TI para suportar as demandas do órgão por meio da adequação e modernização da infraestrutura e parque tecnológico, bem como adotar sistemas e serviços específicos.
Como medir	Preencher o checklist de avaliação de implantação, conforme anexo do PETIC TJPR 2015-2020.
Situação atual	100%

Meta: Atender 100% de execução deste indicador em 2016.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	100%	-	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado		-	100%				

Indicador 22: Índice de implantação do DATACENTER 2**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Percentual de implantação do ambiente de Datacenter 2
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Divisão de Infraestrutura de Software - DTIC
Por que medir	Para instrumentalizar a área de TI para suportar as demandas do órgão por meio da adequação e modernização da infraestrutura e parque tecnológico, bem como adotar sistemas e serviços específicos.
Como medir	Preencher o checklist de avaliação de implantação, conforme anexo do PETIC TJPR 2015-2020.
Situação atual	0%

Meta: Atender 100% de execução deste indicador até 2018.

Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	5%	60%	100%	100%	100%
Realizado		-	7,14%				

Este indicador possui um checklist específico para sua mensuração.

Indicador 23: Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de Execução do Orçamento de TIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Assessoria Técnica do DTIC
Por que medir	Para garantir a utilização adequada dos recursos orçamentários de TIC, por meio de adoção de práticas que permitam o planejamento, a execução, a transparência e a medição da efetividade de sua aplicação.
Como medir	$\frac{\text{Valor do Plano Orçamentário Anual Executado}}{\text{Valor do Plano Orçamentário Anual Previsto}}$
Situação atual	0%

Meta: Alcançar o índice de 95% de execução até 2020.

Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Realizado			25%				

Indicador 24: Índice de Governança de TI (iGovTI)**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Nível de maturidade de governança e gestão de TIC conforme diretrizes iGovTI do TCU.
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Assessoria Técnica do DTIC
Por que medir	Para criar um modelo de gestão de governança de TIC baseado nas melhores práticas do mercado, adequando-se à realidade do TJPR.
Como medir	De acordo com a planilha de medição iGovTI do TCU (versão 2016)
Situação atual	0%

Meta: Atingir o nível Avançado até 2020.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Avançado	Avançado
Realizado			Satisfatório				

O CNJ desenvolveu um questionário direcionado aos Tribunais de Justiça com nomenclatura de níveis de maturidade distintos do TCU. Este índice varia entre 0 (nível de maturidade baixo) e 1 (nível de maturidade de excelência).

Neste caso, com nota de 0,56, o TJPR atingiu o nível satisfatório, o qual equivale ao nível Intermediário da metodologia do TCU.

Indicador 25: Índice de execução do Plano de Contratações de TIC**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de execução do Plano de Contratações de TIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Assessoria Técnica do DTIC
Por que medir	Para assegurar a utilização adequada dos recursos financeiros de TIC, por meio de adoção de práticas de gestão de contratações de TIC, e a aderência às diretrizes da resolução CNJ nº 182 de 17 de outubro de 2013 para Contratações de Soluções de TIC.
Como medir	$\frac{\text{Plano de Contratações de TIC Anual Executado}}{\text{Plano de Contratações de TIC Anual Previsto}}$
Situação atual	0%

Meta: Alcançar o índice de 95% de execução deste indicador até 2020.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Realizado			25%				

Indicador 26: Índice de formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software

Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos e Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais do DTIC
Por que medir	Para implantar práticas que atendam a todo o ciclo de vida dos sistemas de informação, buscando a uniformização de procedimentos, metodologias e, quando possível, também buscar a padronização para software e hardware.
Como medir	Preencher o checklist no DTIC que mede a formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software, conforme anexo do PETIC TJPR 2015-2020.
Situação atual	0%

Meta: Possuir uma metodologia formal para o desenvolvimento e sustentação de software.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Realizado			95%				

Indicador 27: Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI

Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de execução do Plano de Contratações de TIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Assessoria Técnica do DTIC
Por que medir	Para garantir a aderência às diretrizes estabelecidas pela Resolução Conjunta CNJ e CNMP nº 03, de 16 de abril de 2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade entre o Poder Judiciário e Ministério Público, para os Sistemas Judiciais do TJPR (Projudi e PJe).
Como medir	$\frac{\text{Quantidade de Sistemas Judiciais aderentes ao MNI}}{\text{Quantidade de Sistemas Judiciais do TJPR}}$
Situação atual	0%

Meta: Alcançar o índice de 100% dos sistemas judiciais aderentes ao MNI até 2020.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	80%	85%	90%	95%	100%
Realizado			100%				

Indicador 28: Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Formalização da Gestão de Riscos em TIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Divisão de Infraestrutura de Software do DTIC
Por que medir	Para criar, promover e manter normas de segurança da informação para TIC a partir de um processo de análise de riscos e envolvendo um comitê multidisciplinar dedicado.
Como medir	Preencher o checklist que mede a formalização da Gestão de Riscos em TIC, conforme anexo do PETIC TJPR 2015-2020.
Situação atual	

Meta: Possuir um processo formal para Gestão de Riscos em TIC até 2016.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado			92,90%				

Indicador 29: Índice de Satisfação dos Usuários de TIC**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Percentual de Satisfação dos usuários Internos de TIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Divisão de Atendimento aos Usuários do DTIC
Por que medir	Para assegurar a agilidade e eficácia no atendimento dos serviços de TIC, garantindo a satisfação dos usuários.
Como medir	Por meio de questionário(s) de Satisfação dos Usuários Internos ao TJPR com relação aos serviços prestados por TIC
Situação atual	

Meta: Alcançar o índice de 95% de satisfação até 2020.							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	-	80%	85%	88%	90%	95%
Realizado			66,33%				

Indicador 30: Índice de capacitação dos servidores do PJPR.**Objetivo: 08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Formação e Aperfeiçoamento dos servidores
Responsável	ESEJE
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o percentual de servidores capacitados nas competências exigidas para as funções no TJPR.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de servidores capacitados}}{n^{\circ} \text{ de servidores potenciais cursistas}}$
Situação atual	1% dos servidores capacitados.

Meta: Capacitar 50% dos servidores de 1º grau de jurisdição, 50% dos servidores em função gerencial e 50% dos servidores de 2º grau.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	1%	1%	5%	10%	20%	35%	50%
Realizado		23,62%	21,2%				

Indicador 31: Índice de alcance de palestras**Objetivo: 08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas**

Tipo de Indicador	Eficiência e efetividade
O que mede	Aperfeiçoamento dos servidores do PJPR
Responsável	ESEJE
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a quantidade de servidores a capacitar
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de ouvintes}}{n^{\circ} \text{ de servidores potenciais ouvintes}}$
Situação atual	1% dos servidores

Meta: Realizar, até 2020, palestras que promovam sucintas atualizações de temas específicos à 80% dos servidores.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	1%	1%	5%	30%	50%	70%	80%
Realizado		3,23%	3,6%				

Indicador 32: Índice de utilização de ferramentas tecnológicas em capacitação.**Objetivo: 08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Formação e Aperfeiçoamento dos servidores
Responsável	ESEJE
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o nível de utilização de ferramentas tecnológicas aplicadas na capacitação dos servidores do PJPR.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de capacitações realizadas via EaD}}{n^{\circ} \text{ de capacitações realizadas}}$
Situação atual	1% dos servidores capacitados.

Meta: Utilizar, até 2020, as ferramentas tecnológicas em 60% das capacitações realizadas.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	0%	5%	10%	25%	45%	60%
Realizado		15,79%	7,0%				

Indicador 33: Índice de mapeamento das competências profissionais.**Objetivo: 09 - Implantar Gestão por Competências**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de competências mapeadas dos cargos/funções no 1º e 2º graus de jurisdição.
Responsável	Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria.
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para realizar a conexão entre descrição legal de cargo/funções e as competências demandadas para exercer determinado cargo/função. Além disso, este mapeamento auxiliará na gestão por competências.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de cargos /funções mapeados}}{n^{\circ} \text{ total de cargos /funções}}$
Situação atual	50% dos cargos/funções mapeados.

Meta: Mapear, até 2020, as competências necessárias para exercer todos os cargos e funções no 1º e 2º graus de jurisdição.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	50%	55%	60%	70%	80%	90%	100%
Realizado		42,5%	Não Informado				

Segundo o Departamento de Gestão de Recursos Humanos, este indicador não foi informado para o ano de 2016 porque, de acordo com o “Guia de Gestão por Competências no Poder Judiciário” publicado pelo CNJ em 2016, tem-se que o mapeamento das competências necessárias faz parte do 3º estágio para a implantação desse modelo de gestão.

Considerando a complexidade na elaboração do mapeamento, inclusive com a necessidade de capacitação de equipe como o 1º estágio da implantação da gestão por competências, ante a dificuldade de disponibilização de servidores que possam receber tal designação, o Departamento de Gestão de Recursos Humanos sugeriu que fosse analisada a viabilidade de contratação de empresa de consultoria para apoiar o referido Departamento para a execução desta atividade.

Indicador 34: Índice de servidores capacitados nas competências profissionais.

Objetivo: 09 - Implantar Gestão por Competências

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	As competências profissionais, exigidas pelos cargos/funções, que os servidores possuem.
Responsável	Departamento de Gestão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o percentual de servidores capacitados nas competências exigidas pelos cargos/funções do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Além disso, este indicador auxiliará na gestão por competências.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de servidores capacitados nas competências específicas}}{n^{\circ} \text{ total de servidores}}$
Situação atual	0% aferido.

Meta: Capacitar, até 2020, 75% dos servidores nas competências profissionais exigidas pelos respectivos cargos/funções desempenhados.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	0%	5%	10%	15%	25%	45%	75%
Realizado		Não Informado	Não Informado				

Este indicador permanece prejudicado pelo não desenvolvimento do Indicador Estratégico nº 33. Aguarda-se pelo mapeamento das competências funcionais para a efetiva mensuração deste indicador.

Indicador 35: Número de ações de reconhecimento funcional.**Objetivo: 10 - Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Número de ações executadas pelo TJPR que reconheçam funcionalmente os magistrados e servidores do PJPR.
Responsável	Departamento de Gestão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para melhorar o clima organizacional no Poder Judiciário do Estado do Paraná, por meio do enaltecimento de seus magistrados e servidores.
Como medir	Número de ações de reconhecimento funcional executadas no ano-base.
Situação atual	Não mensurado.

Meta: Realizar, anualmente, 2 ações que promovam o reconhecimento funcional dos magistrados e servidores até 2020.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	-	2	2	2	2	2	2
Realizado		5 (150%)	5 (150%)				

No ano de 2016 houve a manutenção de ações com finalidade de melhorar a qualidade de vida de magistrados e servidores, promovendo o reconhecimento funcional e a manutenção do trabalho desempenhado neste Tribunal, sendo: 1) Programa de Ginástica Laboral, que anualmente promove saúde física e mental de nossos colaboradores; 2) Campanhas informativas e integrativas realizadas por meio da intranet durante o ano, promovendo maior conhecimento acerca de questões relacionadas à saúde, qualidade de vida e bem estar ligados ao trabalho; 3) Projeto Postura em Dia, que oferece, de segunda a sexta, alongamentos posturais, de forma a valorizar o trabalho dos colaboradores e, ainda, proporcionar maior bem estar; 4) Campanhas informativas e de convite a ações práticas realizadas por meio da intranet e dos professores de ginástica laboral durante o ano; 5) lançamento de boletins informativos mensais com temas referentes à saúde no trabalho e qualidade de vida geral; realização de 01 (um) dia de massagens relaxantes gratuitas para os colaboradores na Sede Mateus Leme - Curitiba (colaboradores lotados em outros prédios também participaram, sendo que requereram inscrição no evento); e 02 (duas) visitas técnicas dos professores de ginástica laboral aos fóruns da Região Metropolitana de Curitiba para prestarem informações, realizarem correções ergonômicas e ministrarem aulas de ginástica laboral. Ainda, foram realizados 02 (dois) eventos de entrega de certificados de mérito a servidores aposentados desta Corte.

Indicador 36: Índice de afastamento funcional por problemas de saúde decorrentes da atividade laboral no PJPR.

Objetivo: 10 - Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Número de licenças médicas solicitadas.
Responsável	Centro de Assistência Médica e Social
Quando medir	Mensal
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para averiguar se os programas de qualidade de vida proporcionam uma redução da quantidade de licenças médicas solicitadas por magistrados e servidores.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ total de Licenças médicas solicitadas no ano}}{n^{\circ} \text{ total de Licenças médicas solicitadas em 2014}}$
Situação atual	No ano de 2014, magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná solicitaram 1.836 licenças de afastamento funcional por problemas de saúde, sendo que, aproximadamente 30% destas solicitações são oriundos de problemas relacionados a doenças osteomusculares.

Meta: Reduzir, até 2020, a quantidade de afastamento funcional por problemas de saúde em 20%.

Linha de base: (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	1.836	1.781 (3%)	1.744 (5%)	1.689 (8%)	1.652 (10%)	1.561 (15%)	1.469 (20%)
Realizado		1.401 (23,69%)	1.638 (10,78%)				

Indicador 37: Índice de alcance dos programas de saúde e qualidade de vida no trabalho.

Objetivo: 10 - Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Número de magistrados e servidores atendidos.
Responsável	Departamento de Gestão de Recursos Humanos
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para revelar o grau de adesão e efetividade dos programas de saúde e qualidade de vida no trabalho e, consequentemente, melhorar o clima organizacional no Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Como medir	$\frac{n^{\circ} \text{ de colaboradores atendidos}}{n^{\circ} \text{ total de colaboradores}}$
Situação atual	Atualmente, 20% dos colaboradores do PJPR são atendidos por programas de saúde e qualidade de vida no trabalho.

Meta: Estender, até 2020, os programas de saúde e qualidade de vida no trabalho à 70% dos magistrados e servidores do PJPR.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	20%	40%	50%	55%	60%	65%	70%
Realizado		24,28%	24,19%				

Indicador 38: Quantitativo de edificações novas, reformadas ou ampliadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Objetivo: 11 - Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	A quantidade de obras novas, reformas e ampliações executadas que contribuirão com uma melhor prestação jurisdicional.
Responsável	Departamento de Engenharia e Arquitetura
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para garantir a adequação, modernização e a efetiva expansão física das unidades judiciárias e administrativas do PJPR, proporcionando uma melhor prestação do serviço público.
Como medir	Aferir a quantidade de obras novas, reformas e ampliações executadas no decorrer do sexênio.
Situação atual	As estruturas físicas dos edifícios do Poder Judiciário do Estado do Paraná têm sido atualizadas no decorrer dos anos. Os dados consolidados dos últimos 10 (dez) anos apontam a execução de 56 obras novas e 30 (trinta) grandes reformas e ampliações, compondo um histórico médio de seis obras novas e três grandes reformas por ano. Destaca-se ainda que o plano de obras do biênio 2015/2016 prevê a execução de 25 obras novas e 16 grandes reformas, além de pequenas ampliações.

Meta: Construir, até 2020, 49 novas edificações e reformar ou ampliar 28 outras edificações.

Linha de base (2004-2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Obras Novas: 56	Projetado	12	25	31	37	43	49
	Realizado	9 (75%)	18 (72%)				
Reformas e Ampliações: 30	Projetado	11	16	19	22	25	28
	Realizado	18 (163,6%)	22 (137,5%)				
Total de Edificações: 86	Projetado	23	41	50	59	68	77
	Realizado	27 (117,4%)	40 (97,56%)				

Indicador 39: Índice de edificações com acessibilidade física**Objetivo: 11 - Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Proporção de edificações do PJPR com acesso total.
Responsável	Departamento de Engenharia e Arquitetura
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o nível de abrangência da acessibilidade física nas edificações do PJPR, garantindo que permitam o amplo acesso de todos os cidadãos, inclusive daqueles com deficiência.
Como medir	$\frac{\text{Quantidade de edificações com acessibilidade física}}{\text{Total de edificações do PJPR}}$
Situação atual	A acessibilidade é um tema premente na administração pública, entendendo-se que, ao não permitir o acesso universalizado, o serviço público segrega os cidadãos. Para mitigar esta limitação no acesso, desde 2005, o Poder Judiciário do Paraná contempla a acessibilidade física em todas as novas edificações, bem como nas grandes reformas e ampliações, atingindo um quantitativo de 94 edificações com acesso total.

Meta: Garantir, em todas as edificações do PJPR, o acesso universalizado.

Linha de base: (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	Edificações com Acessibilidade Física: 94 (57%)	117 (71%)	135 (82%)	144 (87%)	153 (93%)	162 (98%)	165 (100%)
Realizado		115 (69,7%)	116 (70,3%)				

Indicador 40: Índice de eficiência operacional**Objetivo: 12 - Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas.**

Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Custo operacional, em valores reais, do PJPR por processo judicial baixado
Responsável	Departamento de Planejamento
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Verifica a eficiência operacional global do Poder Judiciário paranaense por meio da aferição do custo real por processo baixado.
Como medir	$\frac{D_{pj} - D_{PEI}}{IPCA \times TBaix}$ Obs.: Variáveis do relatório Justiça em Números, 3ª ed; e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Situação atual	<p>No ano de 2014, em média, cada processo baixado no Poder Judiciário do Estado do Paraná custou R\$ 1.186,43. Trata-se do segundo menor custo operacional dentre todos os Tribunais Estaduais.</p> <p>Cabe observar que, apesar de o processo de estatização de cerca de 179 unidades judiciais ainda administradas por agentes públicos implicar num acréscimo de receitas oriundas do recolhimento de custas diversas, a estatização destas unidades também acarretará numa tendência de elevação da Despesa com Pessoal Ativo e, conseqüentemente, da Despesa Total do Poder Judiciário do Estado do Paraná.</p> <p>Portanto, considera-se que a manutenção deste índice de eficiência operacional representa um desafio a ser perseguido por este Tribunal.</p>

Meta: Manter, até 2020, o custo real por processo judicial baixado no mesmo nível do ano de 2014.

Linha de base (2014)		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	R\$ 1.186,43	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)	R\$ 1.186,43 (0%)
Realizado		R\$ 1.222,72 (-3,06%)	R\$ 1.438,63 (-21,26%)				

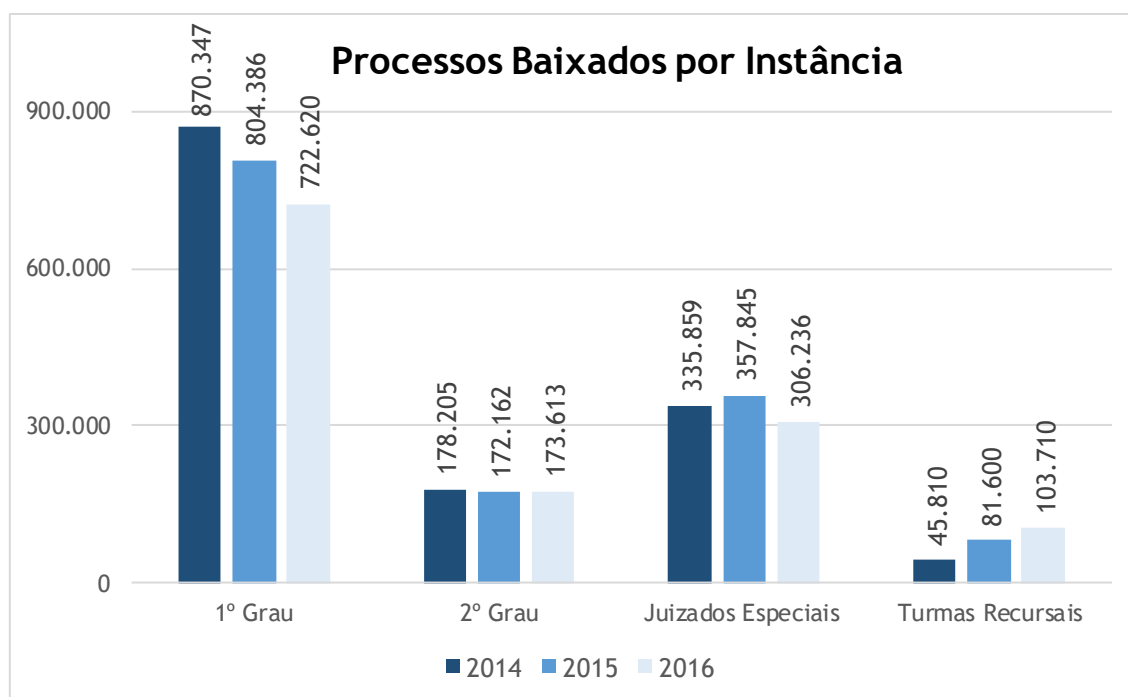
Pontua-se que este crescimento do custo por processo baixado resulta da combinação de dois fatores:

- 1) o aumento real, na ordem de 8,53% em relação a 2015 e de 10,74% em relação a 2014, das Despesas Totais decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pagamento dos magistrados e servidores, bem como às eventuais contratações de magistrados e servidores públicos; e
- 2) a redução da quantidade Total de Processos Baixados, na ordem de 7,76% em relação a 2015 e de 8,67% em relação a 2014.

Quanto ao segundo item, destacam-se positivamente, comparando os dados de 2016 em relação a 2014, o aumento de 126,39% de processos baixados nas Turmas Recursais; e negativamente, para o mesmo período de comparação, a redução de 16,97% e 8,82% de processos baixados no 1º Grau e nos Juizados Especiais, respectivamente.

CRESCIMENTO/REDUÇÃO DE PROCESSOS BAIXADOS POR INSTÂNCIA EM RELAÇÃO A 2014			
INSTÂNCIA	2014	2015	2016
TJPR	1.430.221	1.415.993 (-0,99%)	1.306.179 (-8,67%)
2º Grau	178.205	172.162 (-3,39%)	173.613 (-2,58%)
1º Grau	870.347	804.386 (-7,58%)	722.620 (-16,97%)
Turmas Recursais	45.810	81.600 (78,13%)	103.710 (126,39%)
Juizados Especiais	335.859	357.845 (6,55%)	306.236 (-8,82%)

Tal declínio da quantidade de processos baixados pode ser visualizado no gráfico abaixo.



Em relação aos quantitativos observados 2016, somente o 2º Grau (0,84%) e as Turmas Recursais (27,1%) obtiveram resultados melhores do que os registrados no ano de 2015.

Indicador 41: Índice de execução do Planejamento Estratégico.**Objetivo: 13 - Priorização de recursos para a execução da estratégia.**

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Percentual de cumprimento do Planejamento Estratégico 2015-2020.
Responsável	Divisão de Gestão Estratégica - DPLAN
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para acompanhar o desenvolvimento da execução da estratégia no TJPR.
Como medir	Quantificar os objetivos estratégicos e contar o número de ações efetivadas.
Situação atual	-

Meta: Cumprir, até 2020, 85% dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2015-2020.

Linha de base	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	21,8%	33,7%	46%	58,4%	71,5%	85%
Realizado	33,2%	36,5%				

ANEXO V

Fichas de Dados Estratégicos para Acompanhamento

Dado Estratégico de Acompanhamento 01: Conciliação pré processual realizada.

Objetivo: 02 - Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos.

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Progresso do quantitativo de acordos pré processuais realizados
Quem mede	2ª Vice-Presidência
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a evolução do quantitativo de processos que são evitados devido à conciliação pré processual.
Como medir	$\frac{N^{\circ} \text{ de processos resolvidos por meio de conciliação pré processual no ano vigente}}{N^{\circ} \text{ de processos resolvidos por meio de conciliação pré processual no ano anterior}} - 1$

	Linha de base (2015)	2016	2017	2018	2019	2020
Acompanhamento	2.508	1.171 (-53,3%)				

Dado Estratégico de Acompanhamento 02: Conciliação processual realizada.

Objetivo: 02 - Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos.

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Evolução do quantitativo de processos sanados por meio de ações conciliatórias.
Quem mede	2ª Vice-Presidência
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o progresso de resoluções realizadas por meio conciliatório, atendendo ao princípio da economia processual.
Como medir	$\frac{N^{\circ} \text{ de processos resolvidos por meio de conciliação processual no ano vigente}}{N^{\circ} \text{ de processos resolvidos por meio de conciliação processual no ano anterior}} - 1$

	Linha de base (2015)	2016	2017	2018	2019	2020
Acompanhamento	1.589	59.201 (3.625,7%)				

ANEXO VI

Fichas dos Indicadores Superados

Indicador 20: Índice de conversão de sistemas de informação terceirizados

Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Percentual dos sistemas de informação terceirizados convertidos/substituídos por sistemas de informação próprios do TJPR
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Semestral
Onde medir	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais e Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos - DTIC
Por que medir	Acompanhar o desenvolvimento de soluções próprias e projetar o termino do contrato com terceiros
Como medir	$\frac{\text{número de sistemas convertidos ou substituídos}}{\text{número de sistemas de informação monitorados}}$ <p>Obs.: para cumprimento deste indicador, consideram-se como sistemas de informação monitorados os seguintes: CRIMINAL - Controle penal, CRIMINAL-2 - Corregedoria dos presídios, JUDWIN, TURMA RECURSAL (papel), SABIA - Sistema bibliotecário, FOLHA DE PAGAMENTO, SGRH - Sistema de recursos humanos, SISCO - Sistema de controle de comarcas, SISCO - Sistema de controle de compras, SGF - Sistema de controle de diárias, CONPAT - Sistema de controle de bens permanentes, PROT - Sistema de controle de protocolos, PROTCV - Sistema de controle de protocolos cíveis, MED - Sistema de controle médico e social.</p>
Situação atual	29%

Meta: Converter/Substituir todos os sistemas de informação terceirizados							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	29%	50%	71%	93%	93%	93%	100%
Realizado		35,7%					

Indicador 21: Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Percentual de tempo em que os sistemas de informação críticos estão disponibilizados
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Divisão de Sistemas de Comunicação - DTIC
Por que medir	Monitorar a disponibilidade dos sistemas críticos (Judwin, PROJUDI, Diário da Justiça, DOMUS, e-Mandado, FUNDOS, Mensageiro, ORÁCULO e SNU) que estão diretamente correlacionados com o contínuo investimento em infraestrutura de TI, tais como aquisição de software específico para monitoramento de aplicações, construção do segundo Datacenter e contratação de manutenção da sala cofre.
Como medir	$\frac{\text{tempo total de disponibilidade de sistemas críticos}}{\text{tempo total do período}} \times \text{número de sistemas críticos}$
Situação atual	Apesar do relatório atual apontar uma média de 99,94%, ainda temos vários problemas onde os percentuais constantemente sofrem alterações, sendo assim a indicação para os anos de 2015 a 2020, foi definida a partir de métricas conservadoras de anos anteriores.

Meta: Aumentar a disponibilidade dos sistemas de informação críticos em 99,5% do tempo total do período até 2020							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	99,94%	97%	97,5%	98%	98,5%	99%	99,5%
Realizado		99,77%					

Indicador 22: Índice de desempenho no atendimento**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de chamados de informática atendidos em até 4 horas
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Mensal
Onde medir	Divisão de Atendimento a Usuários - DTIC
Por que medir	Acompanhar o grau de atendimento dos usuários
Como medir	$\frac{\text{número de chamados abertos atendidos em até 4 horas}}{\text{número total de chamados abertos no mês}}$ Obs.: considera-se como chamados abertos os incidentes (evento que não seja parte da operação padrão de um serviço de TI e que causa, ou pode causar, uma interrupção ou redução na qualidade daquele serviço de TI) de primeiro nível.
Situação atual	79,57%

Meta: Atender 90% dos chamados abertos em até 4 horas							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	79,57%	77%	79%	81%	85%	88%	90%
Realizado		79,71%					

Indicador 23: Índice de aderência às metas do PETIC**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de cumprimento das metas programadas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC
Responsável	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Quando medir	Anual
Onde medir	Assessoria Técnica - DTIC
Por que medir	Para avaliar a quantidade de metas cumpridas em consonância com o que foi planejado no PETIC
Como medir	$\frac{\text{metas do PETIC alcançadas}}{\text{Total de metas planejadas no PETIC}}$ Obs.: Uma nova versão do PETIC será elaborada em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020.
Situação atual	Não quantificada

Meta: Cumprir até 15% das metas planejadas no PETIC para o ano de 2015							
Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projetado	Não quantificada	15%	30%	40%	55%	75%	100%
Realizado		50%					

Indicador 24: Índice de processos eletrônicos novos.**Objetivo: 07 - Aperfeiçoar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.**

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de virtualização de processos novos
Responsável	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário, Centro de Apoio às Turmas Recursais e Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o nível de implantação do processo eletrônico.
Como medir	$\frac{CnElet}{Cn}$ Obs.: Variáveis do relatório Justiça em Números, 3ª ed.
Situação atual	Atualmente, apenas duas situações geram novos processos físicos: (i) os processos em 2º Grau e (ii) as cartas precatórias do Sistema de Informatização dos Cartórios Criminais (SICC). As metas referentes ao 2º Grau serão definidas após a homologação do sistema PJe.

Meta: Inicializar, até 2020, todos processos novos de forma eletrônica.

Linha de base		2015	2016	2017	2018	2019	2020
TJPR: 76,47%	Projetado	90%	92%	94%	96%	98%	100%
	Realizado	82,68% ¹					
2º Grau: 1,3%	Projetado	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Realizado	Indisponível ²					
1º Grau: 83,7%	Projetado	95%	96%	97%	98%	99%	100%
	Realizado	77,99%					
Juizados Especiais: 97,1%	Projetado	98%	99%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	89,37%					
Turmas Recursais: 99,7%	Projetado	99,8%	99,9%	100%	100%	100%	100%
	Realizado	100%					

1. Indicador parcialmente prejudicado por não conter os dados do 2º Grau de Jurisdição, conforme relatado no item 2.2 do Anexo I.
2. Conforme relatado no item 2.2 do Anexo I.